



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

VERNEY E A PROJECCÃO
DA SUA OBRA

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE

Verney e a projecção da sua obra



MINISTÉRIO DA CULTURA E DA CIÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título
Verney e a Projecção da sua Obra

Biblioteca Breve / Volume 49

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Ministério da Cultura e da Ciência

© *Instituto de Cultura Portuguesa*
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

1.^a edição — 1980

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal
Janeiro de 1980

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	7
I / O PEDAGOGO E O PROJECTO DE REFORMA DO ENSINO E DA MENTALIDADE CULTURAL.....	12
O homem: fim e princípio	12
O raiar da nova aurora pedagógica	16
O deslumbramento da cultura latina e do resto da Europa e as duas mais esperançosas vias de penetração.....	20
A filosofia de Verney.....	25
Aposta e proposta político-social	29
II / A PROJECCÃO DA SUA OBRA	37
A polémica pedagógica e cultural	37
Projecção na reforma pombalina dos estudos e nas instituições particulares e eclesiásticas.....	51
Projecção na reforma pombalina de ordem social.....	71
Projecção em França, Alemanha, Itália, Espanha, no então Estado português da Índia e nos países da América Latina, sobretudo no Brasil	79
EPÍLOGO	93
Ajuste de contas: um sábio e um literato? Um «estrangeirado» desnacionalizador e um apóstolo cívico?	93

NOTAS	97
DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO	102
I — Programa pedagógico	102
II — Ideário sócio-político	107
BIBLIOGRAFIA	111

INTRODUÇÃO

Poucas vezes, na história das ideias em Portugal, sobretudo dentro da área pedagógica, eclodiu polémica mais estrondosa e de consequências tão radicais como a provocada no meio culto português pela obra, em dois volumes, que se intitulava, programaticamente, *Verdadeiro Método de Estudar*, atribuída no rosto, a um Barbadinho da Congregação de Itália e dada como impressa, primeiro em Nápoles e depois em Valência de Espanha, no ano de 1746. Vinha dirigida aos *Padres da Companhia de Jesus* — os primeiros, *Reverendíssimos Padres Mestres*; a segunda, *Venerável Religião*. Múltiplas questões levanta este curto enunciado, como é a de avaliar a importância da polémica, ou melhor, da mensagem; qual o nome do autor e sua qualificação; o verdadeiro local e ano da edição; sinceridade da dedicatória.

Levar-nos-ia muito longe a exploração dessa temática que, de algum modo, ultrapassaria mesmo, o título deste trabalho. Demais, para um primeiro e mais profundo contacto com Luís António Verney é certamente preferível encarar o projecto cultural que pretendeu ver realizado pelo Rei, por Sebastião José de Carvalho e Melo e pelas pessoas que julgou mais azadas para a sua

concretização. Para tal, escolheu duas vias diferentes: a polémica e a proposta expositiva, serena, entregue pública ou confidencialmente ao eleito para intermediário, entre ele e a autoridade constituída. Tinha consciência das dificuldades e, por isso, escondeu-se, na polémica, debaixo de nomes supostos, apelando até para lugares de edição não reais; na exposição da aposta, pedirá a omissão do seu nome, numa vez, expondo-o, porém, numa outra. Em livro com que se propunha substituir a *Gramática Latina* do inaciano Manuel Álvares por método novo, claro e fácil, fingirá, como confessa ao Marquês de Pombal, tratar-se de versão do francês em italiano e deste em português.

Estamos, pois, diante de um caso com características bem definidas: a forma de polémica ou a expositiva não passam de aspectos exteriores ou roupagem, de realidade bem mais importante — a aposta jogada por quem se julgou mandatado para modificar as estruturas da cultura portuguesa, não no sentido de transmutar o cunho predominantemente cristão, mas sim desviá-lo de uma direcção desse cunho para outro considerado mais moderno e científico. Verney quer destruir de vez a pedagogia escolástica, que classifica de entretecida de questões inúteis e complicadas, tanto em Filosofia e Teologia, como na Gramática Latina, nos dois Direitos e na Medicina. E, embora o Jesuíta não dominasse directamente todos estes ramos do saber, ele, como Pombal, atribui-lhe, em correspondência particular, grandes males da sociedade civil e religiosa. A sua aposta caracteriza-se, pois, pelo simples, pelo método, pela razão fria, antimetafísica, pelo direito natural (um certo direito...), pela física-matemática. E, assim, reduz quase a esquema as matérias mais complicadas; começa

qualquer estudo pela história de cada disciplina; declara alta voz a incompatibilidade entre o moderno e o antigo, não obstante admitir raízes do saber experimentalista em alguns autores da Antiguidade, como Hipócrates para a Medicina.

O estudo da figura de Verney não pode, contudo, ser focado apenas através do *Verdadeiro Método de Estudar*. E, se o for, tem de se vincar a sua mentalidade, em todos os sentidos palmilhados pelo saber que adquiriu e procurou difundir: o estudo da língua portuguesa e de outras línguas vivas; a educação intelectual da mulher, a igualdade entre cristãos-novos e velhos; o refreamento da Inquisição; a reforma do ensino secundário e superior, sob a direcção do Estado, mas sem excluir o lugar primacial do latim, grego e hebraico, em ordem à Filosofia e Teologia modernas.

Havia, claramente, um escalão de valores na ascensão pedagógica do estudante e nítido escopo no programa: o Teólogo douto, o Médico capaz, o Juiz competente. Como era de esperar de um eclesiástico, prestava maior atenção à Teologia, movendo-se, naturalmente, muito melhor na esfera desta disciplina e na daquelas que a ela conduziam. Não deixará também, apesar disso, de se pronunciar por reformulações no campo político e socioeconómico, decerto com menor ciência, mas não com menos entusiasmo e certezas.

Deste modo, o manifesto desta vasta actividade pedagógica, desdobra-se por obras programáticas (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1746; *Carta ao Marquês de Valença*, 1748; *Oração sobre a aliança da Filosofia moderna com a Teologia*, 1747) e compêndios didácticos (*Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*, 1751; *De Re Logica*, 1751; *De Re Metaphysica*, 1753; *De Re Physica*,

1758; *Gramática Latina*, 1758; *De Orthographia Latina*, 1747). De não menor importância é o gênero epistolar, com amigos de alta cultura.

A sete canais se podem reduzir os meios em que expediu a aposta, assim esquematizados:

1 — *Aos Rev.^{mos} Padres Mestres da Venerável Religião da Companhia de Jesus no Reino e Domínio de Portugal* — Manifesto polémico do *Verdadeiro Método de Estudar*, 1746;

2 — *A Francisco de Portugal e Castro*, Marquês de Valença e privado del-Rei e da Rainha — plano sereno e sintético, restrito à Filosofia, Teologia, Direito Canônico e Civil, em que menciona as obras didáticas de Lógica, Metafísica e Ética, a última das quais, perdida talvez para sempre;

3 — *Aos Oratorianos*, nomeadamente ao Prepósito, Domingos Pereira, a quem dedica a Oração proferida na Universidade de Roma, *De conjungenda lectissima Philosophia cum Theologia*, 1747; ao irmão Diogo, a quem endossa *De Orthographia Latina*, 1747 (o único que se desempenhará com êxito da missão solicitada); e ao P.^e José de Azevedo, correspondente da Carta até há pouco dada como dirigida ao P.^e Joaquim de Foios;

4 — *A El-Rei*, merecendo especial relevo a epístola dedicatória do *De Re Physica*, de 13 de Janeiro de 1765;

5 — *Ao diplomata e Ministro de Estado* Aires de Sá e Melo, primo de Sebastião José de Carvalho e Melo, em missivas datadas de 14 de Junho de 1765 a 28 de Outubro de 1766;

6 — *Ao Marquês de Pombal*, com quem se cartou, pelo menos a 28 de Maio de 1766, Novembro de 1767, 21 de Julho de 1768 e 3 de Outubro de 1770.

Não lhe faltaram, pois, perseverança e engenho para conseguir fazer vingar o projecto que, por tantos anos, defendeu com entusiasmo.

I / O PEDAGOGO E O PROJECTO DE REFORMA DO ENSINO E DA MENTALIDADE CULTURAL

O HOMEM: FIM E PRINCÍPIO

«No dia 20 de Março de 1792, o Ilustrissimo Cavaleiro Luis Vernei, filho do defunto Dionisio, da Diocese de Évora, quase de 70 anos de idade, foi insultado de um mal repentino... (confessado) e ungido, por espaço de 8 dias destituído ou falto de seus sentidos, expirou»¹.

Tal o fim, segundo o depoimento do pároco romano Vicente Brogi, acerca dos últimos momentos do homem que, por vontade expressa, foi sepultado com burel franciscano, levando bem agarradas as ilusões da sua missão na terra. É ele que exterioriza o desalento e a convicção de haver falhado, em carta de 20 de Janeiro de 1786.

Quando se dirigiu ao Notário para ditar o testamento, em 18 de Agosto de 1791, ainda se sentia com vigor físico e razoável uso das faculdades, excepto da vista. «Não pode mais ler nem escrever, nem menos distinguir bem as pessoas», como atesta o tabelião. Além da tristeza que semelhante estado de saúde lhe causava, outro mal o afligia, havia muito tempo: a pobreza e o quase abandono dos seus naturais.

É certo que se isolara para fora do Reino, aos 23 anos, em 6 de Agosto de 1736, ficando apenas ligado à família pela correspondência epistolar com o irmão, o oratoriano Diogo Verney, professor de Filosofia na Casa do Espírito Santo (actual edifício dos Armazéns do Chiado), e outros amigos, não muitos. À Pátria prendiam-no dois benefícios eclesiásticos, o maior dos quais, o Arcediagado da 6.^a Cadeira da Sé de Évora, granjeava-lhe a quantia anual de 300 000 rs., que conseguiu aumentar com o cargo de Secretário da Legação de Portugal em Roma (de 1768 a Março de 1771). Neste período recebeu 1 200 000 rs., substituídos, só depois de terminado o exílio em S. Miniato imposto por Pombal (7 de Junho de 1771 a 10 de Junho de 1781), por 480 000 rs., na qualidade de deputado honorário do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens (Setembro de 1790). Com isto, e poucos proventos mais, viveu 55 anos em Itália.

Mais que todas as agruras que se adivinham neste pequeno quadro, atormentou-o até à morte a injustiça do governo pombalino que, mal dando entrada na reforma dos estudos aos seus compêndios, escritos exclusivamente para proveito da juventude da sua Pátria, o colocou em Roma, debaixo das ordens de Francisco de Almada de Mendonça, primo co-irmão de Sebastião de Carvalho e Melo, que o desconsiderou perante a alta sociedade romana, em que se encontrava integrado.

Filho de droguista de origem francesa, estabelecido na Rua Nova do Almada (já no século XVI, se topa um João Verney, por sinal jesuíta, bacharel em Filosofia pela Universidade de Évora, em 5 de Abril de 1573), nem por isso deixava de se visionar, nos antepassados mais longínquos, certo grau de nobreza, como se acentua na

consulta de habilitação de um deles, tendo um irmão seu alcançado o foro de Fidalgo e Familiar do Santo Ofício.

Nasceu em Lisboa a 23 de Julho de 1713 e foi instruído nas primeiras letras e latim pelo capelão da casa paterna, P.^e Manuel de Aguiar Paixão, lendo e escrevendo perfeitamente aos seis anos de idade, só com ouvir as lições dadas aos irmãos mais velhos. Das mãos do primeiro Mestre passou para o Colégio de Sto. Antão, da Companhia de Jesus (actual edifício do Hospital de S. José), onde o novo «estorninho», como os lisboetas apelidavam os alunos, envergou casaca e calção pretos, à romana, com chapéu da mesma cor, tal como os estudantes de Coimbra. Decerto, matriculou-se no curso dos «estudos inferiores», e aí estudou uns três anos de Gramática Latina, pela *Arte* de Manuel Álvares e seus cartapácios, dois de Latinidade e dois de Retórica, possivelmente pelo *Fasciculus ex selectoribus authorum viridarius ad commodiorum scholasticorum usum industrie concinnatus* (Évora, 1671, 1680, 1709, 1718, etc.). Se cursou Retórica, utilizou também *De Arte Rethorica libri tres, ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*, do P.^e Cipriano Soares.

Como então não lhe interessou estudar matemática, não frequentou as aulas do P.^e Inácio Vieira ou dos sucessores, que deviam usar os *Elementos de Geometria* do P.^e André Tacquet (Cambridge, 1703, reeditados em 1725 pelo newtoniano Mussebroeck) e foi matricular-se em Filosofia, no curso dos Oratorianos, dado pelo P.^e Estácio de Almeida (1727 a 1730), em que se encontrou, lado a lado, com o futuro Mestre, João Baptista, considerado na época, como o introdutor da Filosofia moderna nas escolas portuguesas. Como desejasse ingressar na vida eclesiástica, dirigiu-se a Évora, em

cuja Universidade concluiu Filosofia, recebendo o grau de Bacharel em 1731 e o de Licenciado e Mestre em Artes dois anos depois. O curso de Teologia decorreu com muita irregularidade, pois esteve ausente por doença, durante quinze meses e seis dias, não tendo passado do 2.º ano.

Contava, pois, 23 anos de idade, quando se instalou em Roma, decerto já incompatibilizado com o ensino ministrado em Portugal, podendo supor-se, por frases do seu possível Mestre de Teologia, P.º João de Araújo, que não terá sido feliz nos últimos exames. Que programa levaria, porém, senão o de concluir o curso, ordenar-se sacerdote, visto ser clérigo de Ordens menores desde 1734, e regressar ou não, mas em qualquer caso obter benesse eclesiástica que ajudasse a cobrir as despesas de sobrevivência de um homem de estudo?

Reinava então D. João V, que só faleceu em 1750, devendo situar-se neste período o patrocínio desse Monarca, a que alude na dedicatória a D. José do *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*. E nada mais se afigura lícito acrescentar, como aproximação de asserção sua, na carta endereçada de Roma, em 8 de Fevereiro de 1786, ao oratoriano P.º José de Azevedo (e não a Joaquim de Foios, como se julgou até há anos): «Eu sim, tive ao principio particular ordem da Corte de iluminar a nossa nação, em tudo o que pudesse, mas nunca me deram os meios para o executar». Custa a admitir a investidura de tão alta e difícil tarefa em homem da sua idade, que não dera outras provas públicas além de uns quantos sonetos em português, que não se imprimiram por razões ignoradas, pelo menos os de sentimento pela morte da Infanta D. Francisca de Portugal, como os de outros vates.

Apesar de ainda não saber «que coiza era bom gosto das Belas Letras» quando saiu do Reino, possuía já então muitas outras notícias que não se achavam no comum dos nossos coetaneos». Isso mesmo confirma, em certo modo, um adversário da polémica, quando anota que, ao passar a fronteira, ia certamente «enfarinhado em quatro caspas da (Filosofia) que chamam da moda». E não era difícil, pelo menos se lesse Rafael Bluteau ou Bento Feijoo, e ainda, dentre os Jesuítas, o curso do P.^e Honorato Fabri. Em todo o caso, também foi sofista, como lembra em 1745 a Luís António Muratori (iluminista italiano, que nele exerceu profunda influência): «Orientado pelos meus Mestres, com as frioleiras e as inépcias dos Escolásticos, bastante tempo tive de me contorcer no meio destas cavilosasidades».

A viragem operou-se radicalmente em Roma, podendo caracterizar os primeiros anos aí passados este resto daquela confissão: «Contudo, pela graça do Alto, consegui, por fim, falar com pessoas que, depois de eu caminhar até aí, através de atalhos e escolhos, me chamaram ao verdadeiro caminho. A esses sou e serei sempre grato, por me terem amigavelmente notado os erros e humanissimamente ensinado a produzir coisas melhores». Contudo, descobrem-se indícios concretos de que se havia iniciado na redacção da proposta ainda em Portugal. Na carta ao Marquês de Valença assegura que «muitos» dos trabalhos que pensara imprimir, redigira-os «desde tenra idade», referindo-se à Filosofia e Teologia que compusera para uso próprio.

Humanista, versado nas literaturas clássicas, filólogo e gramático, pode ter levado já a crítica que encheu a primeira carta do *Verdadeiro Método de Estudar*², em que desenvolve o plano dos estudos da língua portuguesa, censurando os teatinos Bluteau e Contador de Argote, dois beneméritos da lexicologia e gramática do nosso idioma. Com António Salgado Júnior, também se nos afigura «curioso» que, antes de mais ninguém, vise o P.^e Bluteau, esse «espírito irrequieto que tem de considerar-se na história das transformações culturais do nosso século». Na sua óptica, o estudo da língua materna facilitaria o da latina, que não desloca de ponto de apoio para as disciplinas do ensino superior.

O português devia seguir o trilho do italiano, deixando de parte as letras dobradas e conservando, no seu próprio som, as necessárias para se entender facilmente. Condena o aportuguesamento de vocábulos latinos, como fez Camões, e estabelece que «os Portuguezes devem pronunciar como pronunciam os omens de melhor doutrina da província da Estremadura» e «escrever a sua língua da mesma sorte que a pronunciam». Ouve bem o *b* em *obsuro*, *obstáculo*; o *d* em *adverte*; o *g* em *significa*; mas nem o *h* em *homem*, nem o *g* em *Magdalena*. «Isto suposto, pôr dois *ss* em lugar do *c* é uma solenissima ridicularia»: *sapato* e não *çapato*, mas também *casa* por *caça*, *caça* por *casa*. Estava convencido de que «em Português, depois do *q* sempre se pronuncia o *u*». Nomes derivados do grego constituem excepção à regra da escrita conforme à pronúncia. Assim: *architettura*, *machina*, *chimica*, a par de *choro*, *chuva*, em que o *ch*, aspirado com o *h*, se pronuncia em Portugal como o *x*.

Não parece, pois, violento admitir que redigira toda ou a maior parte desta carta em Portugal. Pelo menos é certo

que lhe serviu de base o «tratadinho» de ortografia portuguesa que coligira para sua utilização, por considerar «a Ortografia comum muito má».

O grande deslumbramento que se operou em Itália situa-se no movimento histórico do Iluminismo, de feição católica, como o caracterizou o Prof. Cabral de Moncada — «menos adiantado na emancipação do pensamento moderno», distinguindo-se em Nápoles das outras cidades, «mais aberto às influências europeias, através de Carlos de Bourbon e da Corte de Viena de Áustria». «O seu espírito era, não revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista», ao mesmo tempo que voltado com interesse para as questões sociais, económicas, jurídicas e políticas, conforme adverte a Dr.^a Bianca Magnino. Nem por isso Verney deixava de olhar para a França, a Inglaterra ou a Holanda, não desprezando também a Alemanha, donde lhe chegava o racionalismo teológico de Leibnitz, directamente ou por intermédio de Cristiano Wolf. Repelindo com energia o deísmo germânico, de raiz protestante (há-de ensinar a refutá-lo), e, mais adiante, as disputas teológicas de Lessing, para não falar das especulações de Kant, agradava-lhe mais a nova orientação do pensamento italiano, de feição espiritualista³. Se o Iluminismo se caracteriza pelo interesse do homem e respectivo ambiente, como objecto dominante de reflexão filosófica, repassada pelas directrizes da razão crítica, infalível até certo ponto e oposta frontalmente à metafísica, em favor da explicação empírica das causas e fenómenos, de expressão matemática, Verney não pode deixar de ser tido como iluminista convicto.

Talvez não erre muito se fixar os limites do trabalhoso período de laboração intelectual em Roma entre o último trimestre de 1736, mesmo à chegada, e os primeiros três meses de 1745, ou melhor, o ano de 1744, visto que a 15 de Dezembro de 1745 já anunciava a Luís António Muratori o envio próximo para a Tipografia dos seus livros, «não em Portugal, mas noutra parte», precisamente em Nápoles e Roma. Haviam-no impressionado muitos escritores como Muratori, autor da obra *Delle Riflessioni sopra il Buon Gusto nelle Scienze e nell'Arti* (Veneza, 1708; Colónia, 1721; Veneza, 1726, 1736, 1744) e de *Diffetti della Giurisprudenza*, 1742; e, bem assim, António Genovesi, que pontificava em Nápoles, tradutor em 1742 da obra de Locke, *The reasonableness of Cristianity as delivered in the scripture*. Advogou o método eclético, em 1743, em *Elementa Metaphisicae Mathematicum in morem adornata*, acabando por ser acusado de nacionalista e simpatizante de ateus, cépticos e jansenistas. Os *Elementa Artis Logico-Criticae* (1745), em que corrigia o inatismo e o amor ao silogismo da *Art de Penser*, de Port-Royal, grangearam-lhe bastante fama, para vir a ser um dos compêndios adoptados em Portugal por gerações sucessivas. Em 1745 editou, para os próprios alunos da Universidade, os elementos de Física de Musschenbroeck.

Alfim, também a Universidade romana De Sapienza fora teatro de reformas, orientadas pelo próprio Sumo Pontífice, bem como as Escolas Pias, os Beneditinos de Cassino, os Jerónimos da Lombardia, os Teatinos, os Barnabitas, os Somascos, os Dominicanos, os Franciscanos, os Agostinhos e tantos outros. Não que todas estas reformas lhe agradassem. Porém, a universalidade do movimento convencia certamente o mais céptico.

Na Sapienza, proferiu ele mesmo, em 18 de Novembro de 1746 a oração *De conjungenda lectissima Philosophia cum Teologia*, em que proclamava a única via possível de instituir o correcto ensino da Teologia — a sua aliança com a boa Filosofia, a moderna, após o abandono da Escolástica. Girando na órbita do mundo eclesiástico romano, sem esquecer a igreja nacional de Sto. António, onde andou envolvido em conflito, relacionou-se com figuras de relevo e teve acesso a bibliotecas privadas ou de Ordens Religiosas. Nesses alfores de cultura se fortificou a renovação cultural do seu espírito.

O DESLUMBRAMENTO DA CULTURA LATINA E DO
RESTO DA EUROPA E AS DUAS MAIS ESPERANÇOSAS
VIAS DE PENETRAÇÃO

O melhor testemunho do deslumbramento que sentiu, após aturadas leituras e conversas com espíritos superiores, encontra-se estampado no primeiro manifesto com que sonhou reformar a mentalidade portuguesa através do ensino oficial — o *Verdadeiro Método de Estudar*, redigido provavelmente até 1744, em 16 cartas. A 1.^a que, com Salgado Júnior, se pode classificar de *Introdução* ao conjunto de toda a correspondência, proporciona a sua concepção de gramática e historia os estudos gramaticais, formulando a seguir o projecto da didáctica da língua portuguesa. A 2.^a introduz o leitor no estudo da *Gramática Latina*, começando por criticar o método em voga, que substitui por outro cujo plano apresenta. A 3.^a ocupa-se da *Latinidade e disciplinas auxiliares*, como a Geografia e a História, Antiguidades gregas e romanas, criticando o teor das escolas portuguesas, indicando os autores

recomendáveis e terminando com a apreciação do valor de alguns latinistas. A 4.^a trata das duas línguas eruditas, grego e hebraico, apondo-lhe dois apêndices: um sobre a tradição dos estudos hebraicos e helenísticos em Portugal e o ensino das línguas modernas, por ponderar que «seria também justo que o estudante, com o tempo, aprendesse *Francês ou Italiano*, para conseguir ler as maravilhosas obras que nestas línguas se tem composto em todas as ciências, de que não temos traduções latinas».

Consagra a 5.^a e 6.^a missiva a considerações sobre a Retórica e pormenorizada análise dos defeitos da *Oratória Sagrada*, nomeadamente de António Vieira, para deixar em relevo, por contraste, as nervuras da Retórica moderna e da Eloquência do púlpito. A 7.^a concentra-se no âmbito da *Poesia*, aliás muito intelectualizada, apesar de fustigar as agudezas, descendo ao pormenor das várias formas de expressão: epigramas, décimas, romances, sonetos, elogios lapidares, élogos, odes, sátiras, poemas épicos e dramáticos.

O bloco seguinte compreende, em primeiro lugar, a *Filosofia* (carta 8.^a — Introdução e Lógica; 9.^a — Metafísica, com apêndice sobre o valor da obra de Feijóo; 10.^a, Estudos de Física dos corpos terrestres e dos astros, incluindo o homem e ainda, o «físico do espírito», em que analisa a alma humana, os Anjos e Deus; 11.^a, Ética ou Moral). Segue-se a *Medicina* (carta 12.^a), o *Direito civil* universitário e aplicado na vida profissional (carta 13.^a), a *Teologia* (carta 14.^a) e o *Direito Canónico* (carta 15.^a). Preenche a última epístola com a repetição abreviada do que escrevera antes, reduzindo a esquema as ideias que informam o programa de cada matéria, e acrescentando, alfim, um apêndice com considerações sobre o estudo das mulheres.

Em todas as disciplinas exige o ensino da História de cada uma, e na Universidade propõe a cadeira do Direito português. O tom de certezas que emprega está em frontal contraste com o fingido receio de que alguém, diferente do interlocutor, compulse as cartas ou se descubra o nome do autor das mesmas (por exemplo, no fim da obra). O «iluminado» teme, no entanto, e apenas, a ignorância dos inevitáveis aristarcos e ostensivamente declara que a verdade triunfará. Mesmo assim, impressiona a negativa constante da autoria do *Verdadeiro Método de Estudar*, reconhecida, por fim, à hora da morte, no testamento e seus anexos ⁴. Além da mágoa da perseguição constante dos sócios (os jesuítas), denunciada por ele próprio, ficou-lhe sempre em chaga a apreensão da obra pela Inquisição de Lisboa, forçando-o a substituir a edição de Nápoles por outra suposta de Valência, a que deu a mesma data e bem poucas diferenças.

Antes, porém, de concluir essa proposta polémica, certificou-se de que não alcançaria o êxito almejado, sobretudo a partir do momento em que a obra esbarrou nos obstáculos de circulação. Sem perdas de tempo, lançou mão de outro expediente mais sereno e directo, a via diplomática, que voltará mais tarde a utilizar de novo, através de pessoa influente na Corte. E escreveu carta pública ao 2.º Marquês de Valença, D. Francisco de Paula de Portugal e Castro (1679-1749), 8.º Conde de Vimioso e Senhor da Casa de Basto, que gozava honras de parente del-Rei e era membro do Conselho Real, ao mesmo tempo que Mordomo-mor de D.^a Maria Ana de Áustria, a Rainha. Homem culto e generoso, estaria perfeitamente em situação de o compreender e ajudar. Como sublinha o professor Pina Martins, Verney sabia pedir com dignidade e inteligência. «Na mensagem ao seu instado

Mecenas, não se formula uma solicitação directa de subsídio ou de apoio concreto: o auspício solicitado reveste a forma de um pedido de conselho ou de opinião sobre o vasto plano exposto.»

Restringia, neste passo, a proposta cultural aos sectores da Filosofia e da Teologia, incluindo afinal o Direito Canónico, que tinha por simples Teologia, de que aliás já havia preparado o *Apparatus*, que editara em 1751. Com os limites apontados, pode mesmo assim considerar-se réplica do conteúdo do *Verdadeiro Método de Estudar*. Réplica, porque ele próprio a considera sinopse das obras que pensava escrever, por causa dos jovens e, principalmente, da mocidade portuguesa, conforme se vê do seguinte esquema, que traduz a parte construtiva da proposta:

1.º — Os *prolegómenos*, que considerava de tal forma indispensáveis que não sonhava ser possível desprezá-los nas escolas portuguesas. Fora da litigiosa polémica, proporcionava aqui o compêndio-guia de um programa renovador que conseguiria reformular toda a direcção formativa dos estudos úteis em Portugal.

Segue-se a *Filosofia* — completava ele —, a qual, como não passa de conhecimento, tanto do verdadeiro como do bom, regulado pela razão e com o intuito de se obter a felicidade, tem de se desenvolver de molde que perpetuamente se alcance o fim que a si própria se impõe. A Lógica irá aguçar e aperfeiçoar a mente, em ordem à consecução da verdade; a Metafísica reduz-se a proémio das várias disciplinas, que sujeita todas as coisas a determinadas razões gerais; a Física, que se obriga a investigar e explicar ordenadamente a Natureza e tudo quanto Deus criou, isto é, os corpos e os espíritos; a

Ética, que mostra por raciocínios a via conforme à Natureza, para felicidade do homem nesta vida. Consagraria um volume a cada, excepto à Física, que postulava dois. Apesar de cumprir o plano, com excepção da Ética, como se disse, morreu sem que nenhum fosse adoptado no ensino oficial. De todos, coube à Lógica a maior difusão, especialmente por causa da história da Lógica, que constituía singular novidade.

O plano da *Teologia* é longo e talvez baste referir que ele mesmo, cónscio de se tratar de campo vasto e trabalhoso, se circunscreveu «a reduzida esfera». Nessa perspectiva juntou e explicou, com a Teologia, «a excelente e útil parte de um e outro Direito». Começa por apontar o principal defeito que leva os alunos a afastarem-se desta disciplina: a falta da História, quer Sagrada quer eclesiástica. «Isto levou-me a pensar num sistema em que cada dogma da Religião Católica fosse conduzido, a partir da própria história da nossa Religião, com a qual a explicássemos aos nossos, e defendéssemos dos inimigos.» Tencionava abordar as múltiplas questões levantadas pelas cinco espécies de homens que atacam a Religião (ateus, politeístas, deístas, hebreus e heréticos), em 12 volumes de 4.º, sabendo já os temas que incluirá em cada um e abreviadamente expõe, a modo de enunciado de Teses: «Provaremos que Deus é perfeitíssimo, isto é, simples, livre, imutável, bom, santo, infinito, imenso e eterno», etc., etc.; Deus manifestou ao homem que queria ser por ele adorado e receber culto, tanto pela lei natural como pela palavra divina, etc.; a Igreja, ensinada por Cristo, deu aos povos que lhe são sujeitos, leis gerais e especiais, etc., etc., etc.

Termina a carta manifestando o desejo de que o Marquês lhe comunique o que julgava do plano da obra,

do argumento e do método, «visto que, se vos agradar, mesmo que não mereça o aplauso dos outros, ficarei certo de que rejubilarei eternamente». Compreende-se: solicitava-lhe que inculcasse a iniciativa no ânimo del-Rei e não duvidava do êxito, caso agradasse a Francisco de Portugal e Castro. «Adeus, glória das Letras e ornamento da República de Portugal e abrange-me na tua conhecida singular benevolência.»

Ignora-se qualquer diligência do Marquês no sentido de justificar o elogio, posto que não se descortine o mínimo êxito da súplica. Também por esta via não entrou a reforma planeada.

A FILOSOFIA DE VERNEY

Talvez ambicioso o título, encontramos, no entanto, justificação para ele no sentido do ideário filosófico que adoptou e, sobretudo, no que procurou transmitir às escolas, como o melhor e único trilho a pisar. Constitui, na atitude iluminista que o distingue, factor primordial de acção, merecendo por isso, especial relevo. Ele próprio, aliás, resumiu as ideias básicas, nas recensões que enviou para o *Giornale de'Letterati di Roma* e na carta a um *Letterato Toscano*. Referem-se, pois, aos seus quatro compêndios escolares.

Os jovens portugueses necessitavam de uma Lógica ecléctica, não sendo de mais vincar as vantagens de uma Lógica, para pensar justamente em cada ciência e matéria e fugir dos inconvenientes e preconceitos da antiga. Como prolegómeno, a história da Lógica, que conclui com a reforma efectuada depois de Locke. Para dar ideia da Lógica, mostra que o homem se compõe de corpo e

alma, unidos de forma admirável que não se pode entender. Provavelmente, a alma reside no cérebro. É ela que produz os diversos conhecimentos, que se reduzem às ideias e juízos. A melhor explicação que segue, deve-se a Locke: todas as ideias entram pelos sentidos ou se formam deles. E como esse processo origina enfermidades, daí a necessidade da Lógica, em que sobressaem as regras de conhecer a verdade e os graus que esta admite. Analisa as três fontes dos erros — os sentidos, a própria mente e a vontade —, para deixar a nu os obstáculos, e contrapõe-lhes duas vias positivas que conduzem «a este palácio incógnito»: a experiência e o raciocínio. E como não é próprio do verdadeiro Filósofo contentar-se com estes poucos conhecimentos, terá ele também de descobrir verdades novas com que possa enriquecer a mente e ajudar os ignorantes. Para isso, propõe três meios: meditar, ler e disputar.

Toda esta actividade mental do homem, de forma alguma visa apenas a própria pessoa, mas sim o benefício e serviço da república de que é membro. E, como se pode executar o programa, por fala ou por escrita, ensina o método de tratar uma ciência, tanto para os Professores como para os Escritores da história civil, da história natural e de livros doutrinários.

A Metafísica, que identifica com a Ontologia, ocupa-se da Natureza e seu uso. É necessária devido à fraqueza da mente, que não consegue conhecer o objecto de um jacto, mas considerando variados aspectos, cada um separadamente. Aliás, e por isso, a Metafísica reduz-se a prolegómeno e prefácio geral de todas as ciências, de certo mais útil aos jovens do que aos homens exercitados na razão. Como o fim da Ontologia consiste em propor algumas primeiras verdades, comuns às ciências, de que se

deduzem outras, dividir-se-á naturalmente em duas partes: conhecimento das primeiras verdades; e exposição da verdade geral e mais útil a todas as ciências. Esta, a principal.

Apresenta a Física como complemento do seu corpo de Filosofia, começado pelo *Apparatus*. Logo de começo estabeleceu a tese, «que a alguns pareceu inverossímil», de que todas as Artes e Disciplinas sobre que assenta a felicidade de uma República dependem, em grande parte, da Física. Com efeito, de duas fontes promana a felicidade pública: da conservação dos Povos e da tranquilidade do Estado. Pois em ambas influi admiravelmente a Física Moderna, uma vez que a primeira parte compreende as Artes, a Agricultura e o Comércio; e a segunda, encerra a ciência do Homem moral, que pressupõe a ciência do Homem físico.

«L'Autore tratta quest'argomento con forza e maestria.» Contudo, como se compreende, é a parte mais ultrapassada do curso. Ainda se aproveita a história da Física e a argumentação com que prova a imperfeição, tanto da Física histórica como da racional, sem deixar de relevar algumas vantagens para a sociedade humana, apesar das deficiências. E propõe o sistema que se lhe afigura mais natural e útil e «que se reduz a isto»: notícia geral do que é certo em Física; do que não passa de provável; e do que se não pode saber. Para isso, ensina as leis a observar na análise raciocinada das coisas físicas. Aconselha o uso do silogismo ao propor as dificuldades e condena o abuso dele, assim como censura o pedantismo matemático. Entende, no entanto, tornarem-se necessárias a Geometria e a Álgebra como noutros tempos o silogismo e as formas escolásticas. Noutros campos, como até neste, Verney chega a acentuar que

trata certas questões «con un'ordine nuovo ed interessante», julgando igualmente preciso revelar que «il Cavalier Verney» usa de uma lei: não enganar ninguém, chamando as coisas pelo seu nome. Eis uma clara atitude filosófica que, não obstante deixar à vista laivos de pedantismo, denuncia a sinceridade do homem coerente com os princípios que constituíram o programa da sua actividade como Iluminista.

Por fim, breve alusão à escolha da solução do problema da alma dos animais, que apaixonou a sua época: as bestas têm o raciocínio necessário à conservação, muito inferior ao do homem, privado de noções abstractas e sublimes. Comum aos Católicos, esta posição é defendida na Itália com autorização da Igreja — proclama ele, que enfrenta, com argumentos da razão, os Peripatéticos, os Cartesianos e outros, especialmente o Abade de Lignac. Em separado, ocupa-se do homem, reduzindo a sua análise a dois problemas básicos: natureza da alma humana e liberdade da alma em particular. Nesta, como nas demais questões filosóficas, «il Cavalier Verney» mostra-se autêntico Filósofo, embora em nenhuma tão grande — sublinha ele próprio — como nas matérias abstractas e difíceis, conseguindo tirar-lhes a máscara de mistério e torná-las fáceis e inteligíveis a toda a gente. Apesar de tudo, confessa-se ignorante e submete-se ao juízo da Igreja, como Filósofo Cristão que se intitula, «sem ponto de affectação».

A Filosofia verneiana constitui, pois, a melhor via para lhe fixar a imagem autêntica da personalidade que o individualiza. O assunto é apaixonante e levá-lo-á a considerar outros aspectos, quando envolvido na polémica, apostado em desacreditar a Escolástica.

APOSTA E PROPOSTA POLÍTICO-SOCIAL

Tudo quanto a este respeito se possa escrever corresponde a projectos não elaborados completamente, que Verney se limitou a esboçar por meio de indicações concretas mas fragmentárias, sem desenvolvimento de cada tema. Corriam os anos 60, em que as ideias dominantes, neste sector, se podem condensar em três pólos: o político, o religioso e o económico, conforme os equacionou Cabral de Moncada. Quanto ao primeiro, domina, por toda a parte, o horror ao despotismo absoluto e, contudo, não é só em Portugal que ele impera, precisamente neste século. Profundo individualismo postula a máquina forte do Estado, para que este vele e actue, com o intuito de os cidadãos poderem gozar das riquezas e disfrutar bem-estar permanente, tanto material como espiritual.

O racionalismo exigia a organização e fortaleza do Estado perfeito, porque receava, a todo o momento, as forças populares, que cria funcionarem como as da Natureza e das quais por vezes irrompem investidas difíceis ou impossíveis de dominar. «Este era, na verdade, o ideal iluminista do Estado», ensina o mesmo professor coimbrão, que completa o quadro do *Despotismo inteligente*, em tudo e por tudo dirigido pela razão, com a *expressão política*, marcada pela legenda: «Tudo para o povo, nada pelo povo»; a *expressão filosófica*, o Racionalismo; como *expressão jurídica*, o Jusnaturalismo; como *expressão religiosa*, o Tolerantismo; como *expressão estética*, o Tecnicismo na Arte.

Integrado neste ideário, Verney tentará, também nestes sectores, a sua clarividente aposta, colocando de permeio

a personalidade que julgou mais capaz e influente no governo da Nação. As cartas em que se exprimiu não conservam o endereço e Cabral de Moncada identifica essa individualidade com o primo de Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco de Almada de Mendonça, Ministro português em Roma, de que Verney foi Secretário, de Maio de 1768 a fins de Junho de 1771. Por razões várias, entre elas a da inimizade feroz que os separava, apesar da cooperação (e, nisso, concordância perfeita, no processo da extinção da Companhia de Jesus), pensamos que se terá de escolher outro nome, afigurando-se mais plausível, se não certo, o de Aires de Sá e Melo, também primo de Carvalho e Melo, Ministro de Portugal em Nápoles de 1760 a 1764, Embaixador em Madrid de 1764 a 1775, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, interino, desde 2 de Setembro de 1775, e efectivo a partir de 24 de Fevereiro de 1777.

Verney conheceu-o em Nápoles e não esqueceu mais o convite para lhe comunicar as ideias que lhe ocorressem, de utilidade pública (carta de 17-7-1765). Com ele se carteu assiduamente, no período de 1762 a 1765, conforme se revela no *Inventário dos papéis manuscritos e cartas de correspondência que se acharão a Luiz António Verney*, constituindo esta, aliás, «a única correspondência que se acha inteira». O autor do inventário leu essas missivas (ao que parece, as mesmas hoje conhecidas) e reconhece que aí «se leem muitas (cousas) que lhe farião não pouca honra, se nas suas respostas não fizesse ver o dito Ayres de Sá que, não lhe ficando atrás na erudição, o excedia de muito de moderação e prudência»⁵.

Consciente de que «os Omens nasceram todos livres e todos sam igualmente nobres», reconhecia também que a

experiência mostrou que «nam se obedecendo a alguém, confundia-se toda a sociedade umana» — conclusão aliás admitida pela «boa-Razão», conforme se expressa no *Verdadeiro Método de Estudar*. Tal a origem do direito das gentes, que «introduziu as divisoens, as Republicas e Monarchias», que o autoriza a definir a natureza, funções e limites do poder dos soberanos. Repele o despotismo absolutista de Luís XV e Choiseul, contrapondo-lhe o tipo ideal de Governo e de Soberano firmado na própria natureza humana, inculcada pela Razão. O modelo podia observar-se em Frederico da Prússia: «Se um príncipe pensasse nos seus deveres, não haveria mais *Primeiros Ministros* a que obedecer, mas Ministros que lhe obedecessem a ele, como o Rei da Prússia.»

Por conseguinte, há que distinguir *despotismo* e *poder absoluto*, caracterizando-se aquele pelo desvio desse poder, na medida em que se afasta da Natureza humana e da Razão. Intervenientes no processo têm de ser os homens superiores e os filósofos iluminados, como privilegiados dessa Razão e os melhores conhecedores da natureza humana. A estes compete, pois, *iluminar* as nações, aconselhando, orientando e proporcionando planos aos governantes. Cabral de Moncada taxa a doutrina de mito do *Despotismo inteligente*, mas assinala-lhe o espaço geográfico de toda a Europa.

Verney convenceu-se de que seria capaz de exercer essa função e ei-lo a exprimir a sua proposta político-social, em várias oportunidades, no *Verdadeiro Método* e respostas aos opositores; nas dedicatórias dos livros didáticos ao Soberano português; e em correspondência particular, sobretudo na endereçada a Aires de Sá e Melo. Confiando que este saberá usar — com prudência e segredo, em ordem a mais pronto remédio — do projecto

reformador, deseja mesmo que o seu nome fique sepultado em total esquecimento.

Duas coordenadas informam a aposta: *exterminio dos Jesuitas*, causa de todos os males passados e presentes (os inacianos portugueses, agora em Itália, de quem se julga perseguido e vítima); e *domínio sobre a interferência da Cúria romana* na esfera sócio-política da Nação. Como consequência, veio a resultar, em Portugal, e em toda a parte da Europa, a instituição de «uma Ética laica e quase tão metafísica», no foro da política, como a do Cristianismo, agora «assente nas intolerâncias não menos avassaladoras da Razão», segundo pensa Moncada. Não que o ensino passe a banir a religião das escolas; que a Igreja deixe de actuar em órgãos estatais; que a Inquisição seja suprimida para todo o sempre; que se deva manter, por muito tempo, a rotura com a Santa Sé...

O seu projecto apenas rectifica os profundos desvios introduzidos na Sociedade, nos vários sectores, pelos Jesuítas e respectivos correligionários. Desaprova a morte por motivos religiosos, por se tratar de invenção do fanatismo dos séculos bárbaros e imitação de Maomé, considerando-a crime de lesa-majestade Divina. A Inquisição enquadra-se na vulgarizada convicção de «terrível obstáculo ao bom gosto das ciências e do progresso, bem como à introdução de muitas outras coizas necessarias e úteis».

A este propósito, não irá propor a extinção da censura de livros, mas sim a redução dos revisores para um só, na fé do qual se dariam as licenças necessárias, a da Inquisição, a Episcopal e a do Paço. A questão dos Cristãos-Novos e Velhos beneficiava, na pena de Verney, dos ares protectores do século XVIII, em que os déspotas esclarecidos, nomeadamente o grande Frederico, se

distinguiam. Confrangiam-no as críticas que no estrangeiro se moviam contra os autos de fé, cujas listas se divulgavam por toda a parte, e convencera-se de que as injúrias à nação portuguesa dimanavam totalmente «di ebrei occulti». Os judeus, disfarçados de cristãos, constituíam, pois, a causa do descrédito português no estrangeiro. Não explica a severa asserção em pormenor, mas explicita a causa que mais lhe doía, neste trecho traduzido livremente:

«Ao ver os hebreus condenados pela Inquisição portuguesa, acarinhados e providos em Benefícios e outras mercês; sabendo que são confidentes de Ministros e que, por meio de dinheiro e protecção, triunfam e oprimem os mais pobres, Roma não pode deixar de crer e afirmar publicamente que a Nação se compõe apenas de Hebreus, mais ou menos públicos.» A queixa incidia, sobretudo, nas benesses que, de direito, deviam outorgar-se a cristãos. Agarrado ao princípio da tolerância religiosa, propugnava pela condescendência em questões disciplinares e outras de somenos. Não se trata, pois, de simpatia pelos judeus, em oposição frontal aos muçulmanos, a quem, como vimos, atribui a morte por motivação religiosa, e sim, unicamente, porque desse modo eliminava uma das fontes básicas da perturbação social do Reino.

Em vista deste mesmo escopo, aconselhava a redução dos Conventos de Frades, alegando o facto de existirem três casas de Arrábidos na barra de Lisboa, muito próximas uma das outras; e o excesso de 408 conventos e hospícios de Religiosos masculinos e 129 femininos, «sem falar nos 41 que foram dos Jesuítas. Limitem-se as entradas; apliquem-se aos conventos pobres alguns bens

dos ricos, de modo que os Frades não incomodem os parentes para comerem e se vestirem; reduzam-se os Mosteiros de Monjas da mesma Ordem, a um por cidade; extingam-se os inúteis, em povoados pequenos e nas praças da fronteira; e, ainda quanto a Freiras, separem-se delas as educandas, para não serem seduzidas para a vida religiosa e desse modo faltem mulheres para «a população necessária» ao Reino.

A propósito, lembra-se do Brasil, para sugerir a abolição de mosteiros de monjas que havia pouco aí se introduziram, com o mesmo grave prejuízo do Reino. Aludira, noutra oportunidade, a esse Estado, a respeito da concessão da Cruz de Cristo a Portugueses, «principalmente del Brasile», que, «assai incapaci», se deslocavam a Roma, a pedir essa honra ⁶.

De ordem mais directamente económica é a posição que assume perante os temas das terras incultas, fomento da Agricultura, Comércio, etc. Porém, restringe-se a conselhos fáceis, como o do convite aos Nobres, para praticarem o Comércio; e a frases retóricas, como a de que a Agricultura é a «excelência nas Artes» e que «sem a Agricultura, as Artes e o Comércio, a República não passa de cadáver». Aliás, todo o conjunto de preceitos enunciados tendia à riqueza individual, em mira a conseguir-se um Soberano rico: «e senza vassali ricchi, niun sovrano é ricco».

Que significado pode ter estoutro conselho, de que se deviam criar *Monti di Pietà*, para emprestar dinheiro à população, por penhores, sem cobrar juros por importâncias até 50\$000 réis e, daí por diante, apenas a taxa de meio por cento ao ano? E o da instituição do «tesoro publico», para depósito, quer de dinheiro, quer de penhores tomados por ordem do juiz, etc., etc.? Ou,

ainda, o de conceder privilégios aos pais de família com seis filhos vivos e prémios ou dotes aos que casassem mais filhos?

Claro que qualquer destas simples sugestões visava o desenvolvimento económico e populacional do País: «senza popolazione non v' é Regno ricco». Contudo, limitava-se a reproduzir ideias básicas que corriam com insistência nos meios intelectuais. Não sendo especialidade própria, não passou de simples apontamento, para difusão do que entendia ser óptimo. Não propunha meios, nem elaborou proposta bem travejada em estudo concreto e adaptado à realidade portuguesa.

Na mesma ordem de ideias se enquadram as medidas indicadas de assistência médica e sobre os cemitérios, como a instituição de hospitais de tipo italiano, em que os médicos recebessem instrução de cirurgiões e anatomistas; a multiplicação de clérigos por todas as cidades, vilas e aldeias; a contratação de cirurgiões dentistas franceses que preparassem os que deviam distribuir-se pela província, etc. Como transpunha as sepulturas para terreno fora das igrejas, alvitrava que se cobrasse o imposto de 12 000 cruzados para casar raparigas pobres, aos que não quisessem desistir de conservar, nos templos, sepulturas pomposas de família, mas... vazias! Não se esqueceu, naturalmente, de enunciar ainda a criação de asilos, hospícios seculares, colégios de órfãos para ensino das artes domésticas e de serviços e recolhimentos para senhoras honradas, etc., etc. E como os homens não podem comunicar sem estradas, para comercializarem os produtos e outros fins, enumera brevemente algumas medidas a tomar, entre elas a de se introduzir melhores viaturas; obrigar a construir Hospedarias espaçosas e bem equipadas; elevar a vilas os

lugares de maior passagem, restringindo-se, porém, a mencionar povoações alentejanas: Pegões, Vendas Novas e outros lugares até Elvas; Campo de Ourique, «etc.».

Embora não se deixem alinhadas todas as propostas de índole socio-económica, já se fica com a certeza do cuidado do Iluminista em cumprir o dever de alertar o Governo, para bem do Povo.

Desempenhada a função que recaía da responsabilidade de sábio, como muitos escritores consideram Verney, competia ao Estado executar as directrizes traçadas. Vamos ver se o Marquês de Pombal sentiu os reflexos da sua luz.

Ao ler a correspondência a Aires de Sá, António Sérgio classifica Verney de apóstolo cívico, tipo do «moralista que intervém no viver político sem nunca sacrificar, às conveniências da acção, os mais altos princípios do mais puro humanismo». O apostolado cívico do Arcediago de Évora, ou o desejo de reformar a sociedade portuguesa em todos os escalões, tem de se entender na presença e consciência do seu Iluminismo e das certezas intelectuais, sem mais responsabilidades que a de avisar os responsáveis pela governança pública. «O verdadeiro espírito patriótico», confia ele a Muratori, de quem muito depende, «isto é, o zelo pelas verdadeiras vantagens da Pátria e não por vantagens quiméricas, não só em mim se não extinguiu, mas cresceu permanentemente, com o maior conhecimento que adquiri dos erros nacionais (e da maneira de os corrigir...). Demais, conheço o mundo *como é, como vai e como irá*». A este conjunto de sentimentos chama ele, na carta de 25 de Dezembro de 1765, «pensamentos do bem público». Na intenção, sim, andava ele mais esclarecido que da forma de convencer os governantes...

II / A PROJECCÃO DA SUA OBRA

A POLÉMICA PEDAGÓGICA E CULTURAL

Não será demais acentuar que Verney propunha, sem ambages, a mutação radical dos programas de ensino, em vista à transformação de estruturas tão importantes como a dos Eclesiásticos, dos Juristas de ambos os Direitos e dos Médicos. Em suma, deixava ficar as disciplinas principais (acrescentando embora algumas), de que modificava o travejamento da antiga pedagogia.

Instituía o ensino oficial da língua portuguesa, sem aludir ao particular, que se praticava quer nas famílias ou em casa dos Mestres quer nalguns Conventos e Colégios de Religiosos e até na Universidade de Évora. Desse modo intentava remediar o inconveniente das deturpações de linguagem, aprendidas com as amas de leite, preconizando uma gramática «curta e clara». Censura a do P.^e Contador de Argote, *Regras de língua portuguesa*, (1721-25); o *Vocabulário Português e Latino* (1712-21, com Suplemento de 1727), do P.^e Rafael Bluteau e outros compêndios de Ortografia de que teve conhecimento. Nisto andou envolvido em polémica, e nem sempre com razão, mesmo se se atender ao momento histórico da sua crítica.

Havia, pois, pequenos manuais dos P.^{es} Bento Pereira, João de Moraes Madureira Feijó, D. Luís Caetano de Lima, Amaro Roboredo, André de Avelar, António da Silva Álvares, etc.) e não convenceu praticamente ninguém da superioridade da grafia que coordenara. Talvez o P.^e Teodoro de Almeida se possa contar entre os mais fiéis seguidores, ao menos por algum tempo, da ortografia verneiana. Quanto a evitarem-se castigos corporais, a acompanhar o ensino das regras gramaticais com a leitura de cartas de Vieira ou de pequenas histórias, e outras normas pedagógicas semelhantes, torna-se difícil detectar contraditores convictos que não as aceitem, em princípio, porque elas andavam no ar, até nos mestres mais avisados.

Já o estudo da Gramática Latina impunha novidades de base que, antes de mais, forçavam ao abandono da clássica *Arte* de Manuel Álvares e seus derivados. Para Verney, como para os homens da Reforma de 1759, contava-se a «sciencia da Lingua Latina» como um dos princípios acomodados para alcançar a boa educação e ensino da mocidade, em ordem à união cristã e à sociedade civil». E tanto se empenhou, que excedeu Álvares na extensão de certas partes. Abre com longa Introdução de 67 laudas e estende-se por mais 316, enquanto a do Jesuíta não ultrapassa as 365. Na sua, a 3.^a declinação vai da p. 14 à 24.

A breve estatística apenas interessa por censurar a extensão que àquela Gramática atribuíram alguns Mestres, autores de cartapácios e edições muito aumentadas. «Sei que em outras partes onde se explica a Gramática de Manuel Álvares também lhe acrescentam algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi». Daqui se infere a importância atribuída a tal estudo nas

aulas dos Jesuítas, prolongando-se por seis ou sete anos, segundo Verney, ou por oito, nove e mais anos, conforme inculca o Alvará de D. José, de 28 de Junho de 1759. Na realidade, as *Constituições* de Sto. Inácio de Loyola preceituavam três classes de Gramática Latina (ínfima, média e suprema), uma quarta de Letras Humanas e uma quinta de Retórica, abarcando assim o estudo das letras latinas cinco intensos anos. Demais, como lembra o autor da *Formação Intelectual do Jesuíta*, P.^e Francisco Rodrigues, no sistema do «Ratio Studiorum» das escolas da Companhia de Jesus, «três ou mais anos de Gramática dispõem para dois anos de literatura».

A intensidade ou abreviação do ensino conduzia, naturalmente, ao conhecimento apurado ou simplificado da língua e literatura latina, de modo a escrevê-la e falá-la perfeitamente ou a entender apenas os trechos mais simples. As duas vias podiam conduzir a alinhar as regras, num e noutro caso, consideradas bastantes para cumprimento do preceito do exame de Latim, antes de se iniciarem os Cursos Superiores. Tudo depende, afinal, da maior ou menor eficácia que se conceda a esse idioma para o fim proposto. A polémica estalou rija neste particular, porque a qualidade formativa da língua do Lácio, não tendo sido posta em dúvida, não dependia da quantidade e profundidade de conhecimentos, na óptica dos modernos metodistas.

Quanto ao princípio de que o linguajar estranho se deve estudar em português, não havia já quem o não admitisse, posto que em diferentes dimensões. Objectavam uns que as mães não precisavam de esperar que os filhos aprendessem as regras gramaticais para lhes ensinarem a falar. Contrapunham outros não se poder

penetrar em regiões de língua diversa, usando de entrada esse idioma desconhecido, que se pretendia saber.

Manuel Álvares já aceitava o princípio da necessidade do português durante a aprendizagem do latim. Naturalmente, porque foi incumbido de ordenar uma Gramática para toda a Ordem, espalhada por diversos países, não pôde deixar de a redigir no idioma do Lácio. Recomendava, porém, aos Mestres, que explicassem em vernáculo os rudimentos, os géneros, as declinações, as irregularidades, os pretéritos e supinos, bem como a sintaxe, *quando ensinados pela primeira vez*. Verney não desconhecia o preceito, censurando-o de praticar o contrário do que aconselhava. Impressionou-se, pois, com a roupagem imposta pelas circunstâncias de se destinar às escolas das diversas linguagens.

Como quer que seja, é certo que a *Gramática* de Álvares estava informada de explícita intenção, que não podia agradar a todos e já fora impugnada, entre outros, por Gaspar Schopp (1576-1649), em *Rudimenta Grammaticae Philosophicae* (1628), *Paradoxa litteraria* (1628) e *Auctarium ad Grammaticam Philosophicam* (1629), em que reduziu a Gramática latina a simples sistema rígido de regras essenciais.

A *Arte* de Álvares prestava grande atenção aos autores latinos; e, assim, à medida que progredia nos preceitos gramaticais, na segunda parte introduzia trechos das cartas familiares de Cícero e composições escolhidas de Ovídio, procurando, na terceira, alcançar conhecimento perfeito da Gramática, também com explicação de Cícero. Os anos das humanidades completavam a intenção de se cingir ao latim clássico, com a leitura e análise das obras filosóficas de Cícero, dos historiadores César, Salústio, Tito Lívio e poetas, como Virgílio e

Horácio. Atingia-se o cume da formação humanística insistindo em Cícero e chamando Aristóteles à colação. Mais tarde, virá insistentemente Quintiliano. A Europa esgotou mais de 500 edições (em Portugal, França, Itália, Inglaterra, Alemanha, Polónia, Boémia, Croácia, Hungria, Ilíria); e o Extremo Oriente imprimiu-a na China e no Japão.

Verney, a Congregação do Oratório lisbonense e a reforma pombalina preferiram os métodos antialvaristas, porque, uma vez aberto o fogo, ainda que se terçaram armas por ambos, no fim prevaleceu o decreto real: «Hey por prohibida para o ensino das Escolas a *Arte* de Manuel Álvares, como aquella que contribuiu mais para fazer difficultozo o estudo da Latinidade nestes Reinos». Quem desobedecesse, mesmo em aulas privadas, «será logo prezo, para ser castigado, ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir classe nestes Reinos e seus Dominios». E a lei cumpriu-se com todo o rigor.

Na polémica, uns e outros perderam a serenidade, tendo entrado nela os Congregados de S. Filipe de Neri, que a princípio editaram um *Novo Methodo para se aprender a Grammatica Latina*, para uso das escolas da Congregação do Oratório (Lisboa, 1746) e, anos depois, substituíam o compêndio, taxado de incorrecto, por outro da autoria do P.^e António Pereira de Figueiredo (Lisboa, 1752-1753), o qual logo em 1754 entrava na 2.^a edição. A reforma oficial de 1759 adoptará um Resumo desta Gramática. Não vamos julgar aqui os méritos e deméritos da mudança de método (a polémica andou muito à volta de vocábulos menos puros e construção mais ou menos bárbara...), mas talvez um simples sinal extrínseco nos ajude a formar alguma ideia dos resultados. Depois dos reformadores, que haviam aprendido por Álvares, não se conhece

nenhum latinista famoso que deva o saber ao Novo Método. Os conhecimentos adquiridos chegaram, no entanto, para o fim visado — o acesso à Universidade.

No grupo de estudos de Literatura, que precedem o da Filosofia, Verney aborda, posto que de forma rápida, quase em estilo de dísticos, a *Estética*, a *História* e a *Geografia*. Quanto à primeira, não será lícito falar propriamente de estética verneiana, dado o pendor utilitário que identificava o belo com o bom, imposto por um bom gosto adequado à *verdade da Natureza*, como se a arte fosse história ou ciência, ou mero produto elaborado pela razão! O cânone da beleza reside, para ele, no clássico, na frase ciceroniana, na retórica do Lácio, obediente a leis e preceitos rígidos, sóbrios mas claros. E, como a natureza é simples e verdadeira, a arte não pode assumir outras características, como as que resultam das agudezas, do supérfluo, do fantástico, imaginário, irreal. Vieira e Camões soçobram na análise deste conceito de estética, por recorrerem frequentemente ao maravilhoso e à argúcia das palavras.

A *Retórica* ascende, em Verney, a lugar capital, na engrenagem da formação intelectual do indivíduo. Intimamente ligada com o Latim e, sobretudo, com a Latinidade (os próprios escritores) têm de ser objecto, também, da língua e literatura de cada nação. Como «arte de persuadir e, por conseguinte, a única coisa que se acha e serve no comércio humano e a mais necessária para ele», compreende-se que se situe bem no centro das atenções do pedagogo. Não se identifica, pois, com simples exercício de dicção e composição do falar, nem muito menos com a necessidade de persuadir ou deleitar em Oratória profana ou sagrada. «Todo o exercício da língua necessita da direcção da Retórica». E como a arte

provém da «disposição das partes», do saber-lhe dar «as sombras com proporção de arte», a beleza e, decerto, a oratória, deriva da ordem intelectual e será mais bela, a que mais se aproximar do original. Essa adequação à realidade denomina-a ele «deliciosa equivocação», que confessa não sair das cores, mas da verdade intentada.

Nesta ordem de ideias, a *Poesia* não se deve tratar antes da Retórica. Com efeito, «não é mais que uma eloquência mais ornada». Vate que não imite «os melhores modelos da Antiguidade» e não se sujeite às normas prescritas pela «boa razão» fica destituído das duas porções que definem o bom poeta: engenho, para saber inventar e unir ideias semelhantes e agradáveis; juízo, para as saber aplicar onde deve».

Sobre a Estética, a Retórica e a Poesia não vale a pena assinalar a posição dos adversários, por ser conhecido o tom geral da época e constar de qualquer boa *História da Literatura*, uma vez que estava em jogo a concepção de duas escolas literárias que prevaleceram pelo tempo fora.

A *História*, tal como a *Língua* pátria, posto que em sentido diverso, constitui o pórtico de qualquer saber, precisamente porque mestra da vida, sobremaneira útil para se compreenderem as questões e se evitar a discussão impertinente. «Este é o mais necessário prolegómeno em todas as ciências», explica ele: «Cria V. P. que, com esta notícia, poupa-se muito trabalho e muito estudo: adianta-se um homem muito na inteligência da matéria e só assim fica capaz de ouvir o que deve e desenganar-se de si mesmo». Desse modo, reduz-se à cronologia dos factos, em estilo frio, de molde a «fugir dos anacronismos ou confusão dos tempos», e se evidenciar o rumo certo dos acontecimentos. De semelhante importância, a Geografia tem de constituir «o

prelúdio da lição dos autores», no estudo da Latinidade, por meio de uma carta geográfica.

Os opositores, sem minimizarem o estudo da História, rejeitam a necessidade dela para se compreender qualquer ciência, procurando estremecer a confiança de Verney, com a objecção das incertezas em muitíssimos factos históricos. O P.^e Severino de S. Modesto, (o jesuíta José de Araújo, que foi o mais acerbo impugnador do «Barbadinho»), atira-lhe as seguintes perguntas: «... digo que algumas partes da sua história são falsas. Quer que seja *sem dúvida*, uma história que começa muitos anos antes do nascimento de Cristo? Mais moderna é a *Historia Ecclesiastica* do doutíssimo Barónio, e em vários lugares, pertencentes aos anos e cônsules, se lhe opõe o franciscano Paggi e, em outros, o cardeal de Noris. Muito mais modernas são as histórias dos imperadores e reis cristãos, e que variedade não há nos historiadores, opostos uns aos outros?» O polemista esquecia-se de que o argumento das deficiências (mais ainda, do atraso científico) poderá aplicar-se a todo o conhecimento humano..., sem que justifique o pessimismo.

A questão da *Filosofia* coloca-se em moldes mais simples, porque as duas posições se demarcaram melhor, constituindo propriamente ideologias que actuavam em maior raio de acção. Em choque, a Filosofia metafísica e a utilitária, esta de base experimentalista (sem ser propriamente materialista) e científica, no sentido de apoiada nas ciências laboratoriais e quantitativas. Sem dúvida, formavam espécies distintas de viver e, por isso, se poderão taxar de ideológicas, posto que nem os adeptos da Metafísica (a Escolástica) desprezassem as experiências e teorias científicas, nem os utilitários necessariamente professassem o materialismo ou a

secularização da moral. Mas os primeiros não queriam consentir na substituição de uma Filosofia pela outra, como pretendiam os segundos, já por a considerarem venerável, formadora de gerações, com expoentes de muito valor; já por a terem como sólida e verdadeira. As experiências não a poderiam destruir, por actuarem noutra escala de valores, aliás em plano considerado inferior, devendo, pelo contrário, fortalecê-la. Daí as tentativas de conciliação de que, entre nós, serão expoentes máximos o oratoriano João Baptista e o tradutor da *Origem antiga da Physica moderna* do P.^e Noel Regnault, S. J. (Lisboa, 1753): João Carlos da Silva.

Verney, porém, ria-se de esforços desse género, por os considerar vãos, censurando asperamente, por exemplo, o catalão beneditino Bento Feijóo, que conseguiu mais audiência em Portugal do que em qualquer outra nação, fora de Espanha. «Eu verdadeiramente não sei se as escolas de Filosofia deste reino têm pior método que as escolas baixas (...). O que sei, porém, é que nestes países não se sabe de que cor seja isto a que chamam a *boa Filosofia*», como o *bom gosto* era para ele coisa que ainda então se não aceitava: «Este vocábulo, ou por ele entendamos *ciência* ou, com rigor geométrico, amor da ciência...»

Deste modo, rejeitava a inclusão nele de «coisas bem galantes», como «os universais, sinais, proemiais e outras destas», que ultrapassam o mundo sensível e quântico, no qual incluía, aliás, a alma, os anjos e Deus. «Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas, ou conhecer a verdadeira causa das coisas». Simplesmente que as causas se surpreendem no plano físico das forças: «Saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é Filosofia; conhecer a verdadeira causa por que a

pólvora acesa em uma mina despedaça um grande penhasco, é Filosofia».

Os Escolásticos zombavam de tais supostos, confessando, no entanto, a validade de semelhante inquirição científica. Distinguíam, pois, duas ordens de causas, sem desprezar a metafísica. Verney destruí-a em nome do pragmatismo, pois eliminava as disciplinas afogadas pela Escolástica: «Eu creio que, sem grande trabalho, se conhece que esta Lógica vulgar não dá nenhuma utilidade; antes, causa suma confusão». «O silogismo não serve, em modo algum, de ajudar a razão, para que aumente os seus conhecimentos e neles discorra bem.» A boa Lógica não passa de simples disposição do entendimento, para conhecer como as coisas são. A Metafísica útil reduz-se a definir alguns nomes de que os Filósofos se servem para entender correcta e claramente os axiomas ou proposições e, por isso, inseparável da Lógica e Física. Enfim, a Ética não faz parte da Teologia, mas sim da Filosofia, enquanto contribui para buscar as causas das coisas deste mundo. O seu escopo limita-se a instruir os homens em duas direcções: «Ensinar em que consiste a suprema felicidade do homem; explicar as virtudes e modo de as conseguir».

Arsénio da Piedade, pseudónimo do referido José de Araújo, reconhece que a Filosofia andava pejada de questões inúteis e aceita que a Metafísica tem conexão com a Física e a Lógica. Talvez, porém, não adiante muito conhecer aqui as concessões nem as intransigências, porque a questão fulcral persiste sempre no ponto da distinção forçada entre Filosofia e Ciência, embora não falem outros sectores em que os adversários não foram brilhantes.

A respeito da Ética, o P.^e Arsénio riposta que, se se restringe a gentios, «a suprema felicidade do homem» e o modo de a obter «são cousas que eles não alcançam, porque, como lhes falta a fé, não sabiam o verdadeiro fim para que Deus nos criou, que é a bem-aventurança sobrenatural». Escusado será acentuar que o Arcediago de Évora não prescindia da Revelação, entendendo pois a Ética como disciplina racional a utilizar por toda a casta de homens, sem distinção.

Teologia vulgar e Escolástica identificam-se, na terminologia de Verney e, por isso, atinge o âmago da questão desqualificando S. Tomás de Aquino, autor que as escolas tomavam como patrono, não na simples invocação do nome, mas por Mestre, nos escritos que informavam todo o ensino, embora não excluíssem forte intervenção de outros grandes pensadores. Não constituindo, pois, livro único, a *Summa Theologica* alinhava com o estudo da Sagrada Escritura e sentia-se presente em todas as aulas dos Cursos Teológicos.

Verney acusa a Escolástica de persuadir o estudante de «que a Escritura para nada serve ao teólogo» e de que «não há outra Teologia no mundo, senão quatro questões de Especulativa e que todo o mais são arengas supérfluas e ociosidades de estrangeiros». Os teólogos peripatéticos, «uns dizem que estas Teologias foram inventadas pelos hereges e, por consequência, suspeitosas; outros querem defender os longos tratados da Escolástica, com a doutrina e santidade de seus Autores». Mesmo assim, o maior argumento que o afasta da Escolástica consiste na circunstância de esta se fundar na «Física e Metafísica dos Árabes ou do que passa com o nome de Aristóteles.»

Neste campo caíram-lhe os contraditores em cima com indignação, anotando várias proposições suspeitas, como

a de que a «Teologia é aquela ciência que nos mostra o que é Deus em si, explicando a sua natureza e propriedades»; e mais estas, entre outras: «Da tradição nasce a autoridade da Igreja Universal, dos Concílios Gerais, da Igreja Romana, dos Santos Padres, porque todos são fiéis depositários da tradição divina.» «A autoridade dos Padres antigos é infalível», como a Escritura, a tradição vocal, a Igreja universal, os Concílios Gerais e a Igreja Romana.

Os *Lugares Teológicos* do dominicano Melchior Cano (c. 1509-60) e outros semelhantes ter-lhe-ão servido de orientadores nesta proclamação da Teologia Positiva, posto que não os alegue como guia e deles se afaste em muitas oportunidades. De paradigma da Teologia Escolástica serve-lhe a obra do P.^e Araújo, que lhe respondeu, defendendo a necessidade da Teologia Especulativa e incriminando-o de tal forma que o cataloga entre os heterodoxos: «A autoridade dos Padres antigos é infalível. Grande erro! Esta prerrogativa só pertence à Sagrada Escritura e definições da Igreja. Veja o Sr. Doutor a proposição 30, condenada por Alexandre VIII, somente por dar autoridade infalível a Santo Agostinho (...). Isto é que queriam os jansenistas.» Também a questão de saber se os Padres antigos lançaram Aristóteles fora da Teologia andou e desandou, de resposta para contra-resposta, do mesmo jeito que tantas outras que não vale a pena recordar aqui.

A respeito do ensino do *Dirito* na Universidade de Coimbra, começa por registar o orgulho dos Mestres, que se julgam insuperáveis: «Parece-me que os estou ouvindo: à Universidade de Coimbra dar leis em leis?» E assenta no princípio de que «da Jurisprudência Natural nasceram todas as leis civis e principalmente as leis romanas, de que

nós usamos hoje». Se o ensino do Direito Civil andava longe da perfeição, o Canónico não lhe levava qualquer vantagem. Para Verney, «o Direito Canónico é aquela lei que dirige as nossas acções, para conseguir a bem-aventurança eterna» e os Pontífices, «nestes tempos», andavam a «dilatam a jurisdição» sobre os eclesiásticos e até, nalgumas cousas, sobre os seculares.

Fr. Arsénio da Piedade escandalizou-se com os ataques do Barbadinho, deixando-nos testemunho da expansão que tal estudo alcançara, canalizando muita gente para os lugares mais representativos da Nação: «Sendo o estudo do Direito um dos que mais florescem em Portugal, e assim reconhecido pelas mais nações, onde sempre tiveram estimação os livros e postilas que cá se compuseram; tendo os tribunais do Reino, Ministros e Advogados doutíssimos; vendo-se a Universidade de Coimbra cheia de professores de um e outro Direito, com grande e merecido aplauso...»

Verney contrapõe que não nega o facto, mas insiste no mau método, porque não principia pela Ética e pela História. O P.^e Severino de S. Modesto protesta contra semelhante iniciação, negando que esta última seja fonte do Direito. «A História dirá quem fez a lei, quando e por que causa; mas a lei não nasceu da História, antes pelo contrário, a História nasceu da lei.»

O pior aconteceu quando lhe acenaram com mais um erro teológico, a propósito da jurisdição dos Papas: «Semelhante erro é próprio dos que não querem reconhecer a jurisdição do Vigário de Cristo, como se os Pontífices não recebessem logo de Cristo toda a sua Jurisdição.» Apesar de ironizar na resposta, («não sei como lhe escapou aqui Jansénio!») e sustentar que a «matéria não é de dogma, é de facto histórico», não há

dúvida que o Doutor em Teologia pela Sapienza não gostou da censura, porque receava a Inquisição e desejava manter-se na hierarquia eclesiástica.

Ao introduzir-se na crítica da *Medicina*, justifica a posição que assume, com o reconhecimento de que «mais de três partes são pura Filosofia», (entenda-se, ciência físico-química). Na Universidade de Coimbra seguia-se cegamente o antigo método, quando a autêntica Medicina exige o conhecimento de certos requisitos, como boa Filosofia. É esta que lhe ministra o conhecimento do que seja corpo, corpo humano, vida e saúde perfeita ou ofendida e até ensina «que coisa até aqui tem descoberto o engenho humano, para conservar e recuperar a saúde». «Estes conhecimentos pode ter qualquer filósofo, sem ser médico.» Específico deste, o «saber aplicar esta medicina em certo tempo e certo modo e certa dose, etc.»; e, enfim, «saber a teoria da Cirurgia, para ensinarem o cirurgião, em casos de erro».

Fr. Arsénio da Piedade reconhece a vantagem de o médico saber Cirurgia e, irónico, escarpeliza: «O certo é que, se alguns médicos não seguem a Galeno, nem por isso os vemos fazer milagres e não deixarão de lhes morrer doentes que pretendem curar.» Decerto, deslocava a questão, mas o argumento não deixa de ter força para quebrar determinado despotismo científico. Porque os inicianos lhe chamaram a atenção para a circunstância de Galeno continuar respeitado na Europa, Verney esclarece que ele «não diz mal de Galeno, antes o louva e lhe chama bom intérprete de Hipócrates, bom anatómico do seu tempo, bom observador. Diz somente que não deu boa razão das causas das doenças, porque era hipotético e aristotélico. E pela mesma razão reprova os Árabes, mas não por serem Árabes».

Os motivos da escolha sobre os dois médicos, ambos cientistas de Anatomia humana, assentam, pois, na razão filosófica de estabelecer princípios, no estudo das doenças (hipotético e aristotélico), em vez de seguir a observação do corpo na busca das causas da doença. Consequentemente, Verney insiste na condenação dos médicos galénicos, por serem aristotélicos e odiarem a anatomia. Não que na Universidade portuguesa não houvesse, desde a reforma de 1612, uma cátedra de Hipócrates, mas porque agora a sua metodologia fora reformada por Boerhaave, de que o Barbadinho muito se serve nesta carta. Entre os dois autores que recomenda de entrada, ao estudante de Medicina, figura Boerhaave, antes de Hoffmann.

PROJEÇÃO NA REFORMA POMBALINA DOS ESTUDOS E NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES E ECLESIASTICAS

O projecto verneiano não foi aceite integralmente por ninguém, mas deixou vincado sulco nas instituições portuguesas, não tanto de imediato, embora não faltassem entusiastas na primeira hora. A médio prazo, porém, as ideias que veiculou, tiveram aceitação em muitos sectores, mais ou menos profundamente. Pouca gente, no entanto, se declarou seu seguidor e raro foi aquele que lhe imitou as ideias mais pessoais. É o caso da ortografia que, como dissemos, Teodoro de Almeida e, mais que todos, J. J. de Azevedo Coutinho, como veremos, adoptaram nalguns escritos. A maioria das suas propostas representam teorias ou metodologia, insistentemente divulgada e, em muita parte seguida, no estrangeiro. Algumas delas chegaram mesmo a entrar

em Portugal, antes e depois da sua mensagem, tornando-se, pois, seriamente difícil distribuir hoje a cada um a parte que lhe compete. J. Lúcio de Azevedo exagera quando pensa poder-se incluí-lo no rol dos directos colaboradores da *Dedução Chronológica*, ao lado de J. Seabra e Silva, Cenáculo, Pereira de Figueiredo e abade Patel. No entanto, existem vários casos possíveis de alguma identificação, mesmo até na reforma dos estudos de 1759. Assim, talvez se deva começar com a análise do *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771), apesar de nos irmos referir a documentação anterior. E a razão é que se nos afigura tratar-se de uma como que réplica do *Verdadeiro Método de Estudar*, em tom mais explícito, contra a pedagogia inaciana, embora circunscrita aos limites da Teologia, do Direito Canónico e Civil e da Medicina. Antes de mais, avulta nele a tónica dos estragos perpetrados no estudo da Teologia (2.^a parte, cap. I); da Jurisprudência Canónica e Civil (cap. II); na Medicina (cap. III). Em apêndice, ainda consagra novo capítulo aos estragos provocados pela moral de Aristóteles nos arraiais da didáctica da Jurisprudência canónica e civil — da mesma forma que já na 1.^a parte definira a verdadeira Teologia, Medicina e Matemática, contra as concepções dos Jesuítas.

Não sendo lícito supor que Sebastião José de Carvalho e Melo precisou da intervenção directa do *Verdadeiro Método de Estudar*, ou das demais vias em que Verney apostou, para se lançar na empresa que marcou o seu governo, também se afigura impossível admitir que o ambiente criado por aquela obra não tivesse favorecido a ousadia das medidas que tomou. Colosso socio-económico, como alguns críticos ainda hoje aventam, ou não, torna-se indiscutível a tese da presença autorizada da

Companhia de Jesus nos sectores primários da vida cultural e sobre a pedagogia portuguesa. Tal como a respeito da Inquisição, Verney apenas lobrigou a possibilidade de lhes refrear a autoridade, aliás começando pela limitação da Cúria Romana, na esfera da governação pública. O Conde de Oeiras foi muito mais além, como é sabido. Porém, deixando para o capítulo seguinte os reflexos da sua intervenção na vida política da Nação, atenhamo-nos, por ora, no sector do ensino, quer quanto à metodologia quer a respeito das próprias letras e ciências. Mas dispensamo-nos, por falta de espaço, da pesquisa em todas as disciplinas.

Quanto à língua portuguesa, podemos estabelecer o seguinte quadro que, mais do que decalque de palavras, inculca aproximação de ideias. O Alvará de D. José vinca bem o papel das línguas nacionais, como veículo da cultura iluminista.

VERNEY	D. JOSÉ
<p><i>O primeiro estudo da mocidade:</i></p> <p>«Primeira coisa que se lhe deve apresentar é uma gramática da sua língua, curta e clara.»</p> <p><i>Metodologia:</i></p> <p>1.º, explicar brevemente as regras; depois, dar-lhe para leitura um livro de</p>	<p><i>Alvará de 30-9-1770,</i> publicado na <i>Grammatica da Língua Portuguesa,</i> de António José dos Reis Lobato, Lx., Of. Régia, 1771.</p> <p>«... sendo a correcção das línguas nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civilizados, por</p>

<p>cartas, v. g. as mais fáceis de Vieira ou alguma história pequena, com capítulos pequenos e períodos não muito compridos. Ao mesmo tempo apontar as partes da oração, ajuntando a isto, as regras mais principais da Syntaxe, «porque, como tudo isto se ha de recozer na Latindade, basta nesta ocasião uma notícia geral».</p> <p>Feito isto, «as duas coisas mui principais em materia de línguas»: propriedade das palavras; naturalidade da frase. Alfim, ensino da boa pronúncia e leitura expedita.</p> <p>Uma vez já mais adiantados, os estudantes devem escrever cartas de diversos assuntos, carteando-se dois alunos entre si. «Nesta ocasião tem lugar ensinar-lhes a boa ortografia e pontuação.» «Este estudo (que reconhece útil para a intelligência da Latindade e para todos os estudos da vida), pode fazer-se sem trabalho al-</p>	<p>dependerem della a clareza, a energia e a magestade com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião e fazer úteis e agradáveis os escritos. Sendo pelo contrário a barbaridade das línguas a que manifesta a ignorância das nações; e não havendo meio que mais possa contribuir para polir e aperfeiçoar qualquer idioma e desterrar delle esta rudez, do que a applicação da mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios e não por mero instincto e habito, se costuma a fallar e escrever com pureza, evitando aquelles erros que tanto desfigurão a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligência de outras diferentes linguas, pois que, tendo todas principios communs, acharão</p>
--	--

gum e se pode continuar no mesmo tempo em que se explica o latim, bastando meia hora cada manhã, ler e explicar o português.» (*Verdadeiro Método de Estudar*, ed. Sá da Costa, I, 34 segs.)

nella os principiantes menos que estudar todos os rudimentos que levarem sabidos na materna. De sorte que o referido methodo e espirito da educação foi capaz de elevar as linguas Grega e Romana ao gráo de gosto e perfeição em que se virão nos formosos seculos de Athenas e Roma, e que bem testemunhão as excellentes e inimitáveis obras que delles ainda nos restão.

Conformando-me Eu com o exemplo destas e de outras nações illuminadas, e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portugueza nestes Meus Reinos e Dominios, para que nelles possa haver vassallos uteis ao Estado, Sou servido ordenar que os mestres da lingua latina, quando receberem nas suas classes os discipulos, para lha ensinarem, os instruaõ previamente, por tempo

de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos alumnos, na Grammatica Portugueza composta por António José dos Reis Lobato...»

E, porquanto Me constou que nas Escolas de ler e escrever se praticava até agora a lição dos processos litigiosos e sentenças, que somente servem de consumir o tempo, e de costumar a mocidade ao orgulho e enleio do foro, Hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial e mando que, em lugar dos ditos processos e sentenças, se ensine aos meninos por impressos ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier, Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Évora (...»

Passemos a um segundo exemplo e seja, no seguimento, a respeito da língua latina.

VERNEY	ALVARÁ RÉGIO de 28 de Junho de 1759
<p>«Os doutíssimos Jesuítas ensinam grande parte da mocidade em várias partes da Europa; e, não querendo apartar-se do seu Manuel Álvares, regeitaram todas as novas gramáticas. (...) Os outros Religiosos (...) têm as mesmas obrigações e opiniões. A maior parte cuida pouco nisso e vão vivendo como seus Mestres lhe ensinaram; (...) cuidam que no mundo não há outra gramática fora que a do P. Álvares (...) Os Mestres seculares, pela maior parte são ignorantíssimos e puros <i>pedantes</i>, e desta sorte de gente nunca esperou aumento a República Literária.»</p> <p>«Quando entrei neste Reino e vi a quantidade de Cartapácios e Artes que</p>	<p>«... hey por prohibida, para o ensino das Escolas, a <i>Arte</i> de Manoel Alvares, como aquella que contribuiu mais para fazer difficultoso o estudo da Latinidade nestes Reinos (...). Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de Latim se uze dos commentadores de Manuel Alvares, como Antonio Franco, José Nunes Freire, Joseph Soares; e em especial de Madureira mais extenso e mais inutil; e de todos e cada hum dos Cartapácios de que até agora se usou para o ensino da Grammatica.</p> <p>... (não) se ensinará por outro methodo que não seja o <i>Novo Methodo da Grammatica Latina</i>, reduzido a Compendio para uso das Escolas da</p>

<p>eram necessárias para estudar somente a Gramática, fiquei pasmado.»</p> <p>«Convêm todos os homens de bom juízo e que têm visto países estrangeiros e lido sobre isto alguma coisa... que qualquer Gramática de uma língua que não é nacional se deve explicar na língua que um homem sabe (...) A Gramática Latina para os Portugueses deve ser em Português.»</p> <p>«Toda a Gramática Latina se reduz a explicar a natureza e acidentes das oito vozes que podem entrar na oração ou discurso e o modo de as unir e compor os períodos. E isto deve-se fazer com a maior clareza e mais breves regras que se puderem excogitar (...)</p> <p>A razão por que nos parece tão dificultoso o estudo da Gramática Latina (...) é porque nos persuadimos que toda aquela máquina de regras</p>	<p>Congregação do Oratorio; ou a <i>Arte da Grammatica Latina</i> reformada por Antonio Felix Mendes, professor em Lisboa...»</p> <p>«Todos os Homens sabios uniformemente confessão que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica (cita Rolin, Lami, Walch), pois não há maior absurdo que intentar aprender huma lingua no mesmo idioma que se ignora.»</p> <p><i>Instruções para os Professores de Gram. Latina (1759)</i></p> <p>«Também assentão que o Methodo deve ser breve, claro, fácil, para não atormentar aos Estudantes com uma multidão de preceitos que, ainda em maiores, causão confusão...»</p> <p>«Para que os Estudantes vão percebendo com maior facilidade os</p>
--	---

<p>é particular da língua latina (...)</p> <p>«(...) quem quer falar uma língua, deve conversar com os homens que a falam bem. Ora os que hoje falam bem latim são esses quatro livros que nos deixou a Antiguidade.»</p> <p>«E não acha V. P. que é uma crueldade castigar rigorosamente um rapaz, porque não entende logo a língua latina que, de diversa, é dificultosa e ainda o parece mais, na confusão com que lha explicam? (...) A emulação, a repreensão e algum outro castigo deste género faz mais que os que se praticam.»</p> <p>«(...) outro inconveniente para saber latim, praticado nas escolas, que é compor muito naquela matéria que entendem mui pouco. Um pobre estudante ainda não entende Latim e já lhe dão vários temas que são</p>	<p>princípios da Grammatica Latina he util que os Professores lhes vão dando huma noção da Portugueza, advertindo-lhes tudo aquillo em que se tem alguma analogia com a Latina; e especialmente lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos e as Particulas, porque se podem dar a conhecer os cazos» (cita Escolas de Turim, Port-Royal, Lami, Rolin, Fleury e todos os metodistas)...</p> <p>«Tanto que os Estudantes estiverem bem estabelecidos nestes rudimentos e que se tiverem familiarizado bem com elles, tendo-os repetido e tornado a repetir muitas vezes, devem os Professores applicallos a algum Author facil, claro e agradavel, no qual, com vagar e <i>brandura</i> lhes vão mostrando executados os preceitos que lhes tem ensinado, dando-lhes razão de tudo, fazendo-lhes applicar as regras todas</p>
--	--

<p>certas orações vulgares, para traduzir na língua latina; ou dão a oração portuguesa com partes latinas; ou uma sentença latina, para eles a dilatarem e provarem (...) Que coisa boa há-de fazer um rapaz que ainda não sabe latim? Dar as partes correspondentes ao português e obrigar o estudante a que se sirva delas em uma oração longa; é o mesmo que querer que ele siga os despropósitos do seu Mestre (...) Primeiro, não procuraria que escrevessem senão em estilo familiar e fácil; depois, segundo o adiantamento que tivessem, passaria aos argumentos ou assuntos mais difíceis, os quais explicaria muito bem. Desta sorte, acompanhando a tradução com a composição, facilitaria muito o estudo (...)</p>	<p>que estudaram.»</p> <p>Depois de citar Chompré, «author latino puro e catholico»: «(...) o que primeiro se pertende he adquirir huma boa copia de termos e frases da Lingua e alcançar o modo de servir della: o que certamente se consegue pelo dito Methodo».</p> <p>Recomenda a leitura clara e distinta, e a seguir: «... e alem disto dar-lhes as melhores regras da Ortografia, servindo-se os Discipulos <i>da que compoz o nosso Luiz Antonio Vernei</i>, breve e exacta. E os professores terão as obras de Cellario, Dausquio, Aldo Manucio, Schurtz-fleischio, ou todos, ou algum delles» (...)</p> <p>«Assentão os homens mais eruditos que, no principio se devem quasi absolutamente tirar os themas que só servem de mortificar aos principiantes e inspirar-lhes um aborrecimento ao estudo (...) principiarão dando os</p>
--	--

mais faceis e passarão a outros mais difficeis à proporção, sendo sempre os assumptos algumas historias breves ou maximas uteis aos bons costumes, algumas agradaveis pinturas das virtudes e acçoens nobres.»
--

A presença da aposta de Verney surpreende-se ainda subjacente a outras orientações que nem sempre será fácil determinar, porque não convém fixá-las como influência directa, para não correr o risco de supor que foi a única a intervir no processo. É o caso da importância da Retórica, que Verney considerava complemento dos «estudos das escolas baixas» e a «coisa mais útil», «a única coisa que se acha e serve no comércio humano e a mais necessária para ele», como *Arte de persuadir* que é. A Filosofia, a Teologia, a Lei civil e canónica não a podem dispensar. Como há-de orar um Advogado, informar o Juiz, defender o Réu, «compor uma escritura», sem recorrer a ela?

Compreende-se, assim, o lugar que se lhe confiou na reforma dos estudos de 1759, em que se escreve textualmente: «Não há estudo mais útil que o da Rhetorica e Eloquencia, muito differente do estudo da Gramatica» (...) ensina todos os meios e artificios para persuadir os animos e atrahir as vontades. He pois a Rhetorica a Arte mais necessaria ao commercio dos homens, e não só no Pulpito ou na Advocacia (...), nos negócios publicos, nas disputas, em toda a ocasião em que se trata com os homens». Em consequência deste

universal apreço, o Alvará de 11 de Janeiro de 1760 determinava que «nenhuma pessoa de qualquer qualidade, estado e condição que seja, possa ser admitida a matricular-se na Universidade de Coimbra, em alguma das quatro faculdades maiores, sem para isso ser habilitada por exame feito pelos dois Professores Régios de Rhetorica da Universidade, com assistencia do Commissario do Director Geral (...), e ainda que tenha um ou mais annos de Logica, os quaes o não escusarão de se habilitar por meio do dito exame de Rhetorica, como Arte precisamente necessaria para o progresso dos Estudos maiores».

No sector da Filosofia, a reforma não avançou quase nada durante a Directoria-Geral de D. Tomás de Almeida (1759-1771), apesar das suas reiteradas insistências, inscrevendo-se neste período a correspondência de Verney com o Conde de Oeiras. A carta mais recuada que se conserva está datada de Pisa, de 26 de Maio de 1766. Agradece a inclusão, na reforma dos estudos, da sua «tenue Dissertasam, que eu nunca cuidei que tivesse a fortuna de chegar à sua noticia» e lamenta o atraso do envio da *Gramatica Latina*, que imprimira em Outubro de 1758, com o disfarce de ser tradução e anónima, por recear nova perseguição dos Jesuítas. (Considerava como primeira a que lhe foi movida por ocasião do *Verdadeiro Método* e do *De Re Logica*). Chegara a Lisboa em 1759, pouco tempo depois de publicada a Reforma, tendo encontrado alguma dificuldade na Alfândega. Na qualidade de tradutor, representou («por meio de pessoa conhecida de V. Ex.^a»), diz ele, «o meo reto fim do bem publico e nam ser culpa minha, o chegar tarde».

Não lhe tendo sido encomendado expressamente o compêndio, a forma de se exprimir traduz o veemente

propósito de acudir a tempo, com os livros necessários para substituir o vácuo deixado pela proibição da didáctica inaciana. Estava, no entanto, disposto a retirá-lo, caso não agradasse ao Ministro: «V. E., com uma grandeza de ânimo propriamente sua, que sabe estimar as vontades dos homens, e nam as contingencias da fortuna, e conhecendo profundamente o espírito daquela lei, me fez a grasa de permitir que entrasse e se publicasse».

Omitamos o resto do elogio e protesto do mais vivo e eterno reconhecimento, e recordemos que, neste entrementes, Carvalho e Melo aproveitava-o para movimentar a máquina de extinção dos Jesuítas — mas não aprovou logo a *Gramática* para a Reforma, como ele pede nesta missiva. Das demais obras verneianas, além da *Ortografia*, atrás referida, encontra-se «a Logica critica do Vernei ou do Genovezi», na *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o novo Metodo*, sem data, mas anterior à impressão da *Minerva*, de Francisco Sanches, o Brocense (Lisboa, 1760) e das *Instituições* de Quintiliano (Id.). Adiante encontraremos, a propósito de Bento José de Sousa Farinha, a imposição de outros compêndios.

Esta missiva, depois deste preâmbulo, comunicava que em Pisa tinha pronta para a tipografia a *Física* «para utilidade da nosa Mocidade». Verney trabalhava realmente ao ritmo da Reforma, aparecendo na hora possível: «Seram quatro tomos em 8.º grande, com a Istoría da dita Faculdade». A fama do trabalho correra célere até à Alemanha e Polónia, donde lha pediam insistentemente, tal como do próprio reino de Portugal. Sentia-se, porém, arruinado e empenhado, por causa das dispendiosas moléstias habituais, e o dinheiro não bastava para acudir a todas as necessidades.

Falando a um Ministro «que, além da sua grandeza de ânimo, é douto e tem a mente ornada das mais solidas ideias da verdadeira Filosofia, que ensina a compadecer esta infelicidade das pessoas de Letras», atrevia-se a implorar que lhe alcançasse de Sua Magestade Fidelíssima, a pecúnia necessária para a impressão. Atento como estava à Reforma, sabia também ser desejo do Reformador fomentar o estudo do Hebraico e, por isso, lhe oferecia ainda uma *Gramática* dessa língua, «feita por uma ideia nova e brevíssima no seu genero». Neste momento, talvez Verney acreditasse na intervenção do Ministro, para se dobrar com expressões como esta: «um súdito do Reino vai de tam longe implorar a proteção do Pai da Pátria, do Protetor de toda a Reforma útil, do grande Conde de Oeiras».

Contudo, não alcançou por esta via o aproveitamento da Física e da Gramática hebraica, tendo publicado a primeira à sua custa, com dinheiro emprestado, e remetendo o original manuscrito da segunda aos Oratorianos, por disposição testamentária, juntamente com outro, de Gramática da língua grega.

Ainda de Pisa, voltará a comunicar com o Conde de Oeiras, no mês de Novembro de 1767, para participar a recepção da *Dedução Chronologica*, «em nome de seu Autor», isto é, do proprio Sebastião José, como ele confessa. Na realidade, enviara-lha o Ministro em Roma, Francisco de Almada, a ele como a muitas outras personalidades escolhidas. Agradece a «fineza e honra» da oferta e reconhece que apenas teve tempo de observar a essência e parte do início, o que «bastou para formar já prudente conceito dela». Além da natural distribuição das matérias e firmeza na escolha dos documentos, apreciou o «fundado das reflexões, o nervoso e elegante do

estilo». Acima de tudo, porém, recreou-o principalmente «a mesma matéria do livro», que é uma «consequência do belo sistema que V. Ex., desde 1759, formou e executou».

Verney aderiu, totalmente, em princípio, ao «belo sistema» do regime e o Conde de Oeiras não duvidou mais em aproveitá-lo, não em conformidade dos oferecimentos anteriores, mas sim da identificação agora proclamada. «V. Ex. ensinou às outras Cortes da Europa, a verdadeira Lógica com que se deve argumentar concludentemente com os Socios (leia-se, os Jesuítas), que sam *poucas palavras e obras eficazes*». O Arcediago de Évora tocava no ponto mais sensível desse momento, na política do Reino. A exemplar argumentação de Carvalho e Melo cifra-se na «famosa lei» de 3 de Setembro de 1759, que os expulsou e a deste Agosto (1767), com que «acabou de os dezarreigar». Alude à lei de 28 desse mês, em que eram obrigados a entregar as cartas de confraternidade do Geral, declarados inseparáveis da sua perniciosa cabeça e mandados para fora, por incorrigíveis inimigos comuns de ambos os poderes, estipulando pesadas condições *aos que quisessem ficar*, e não menores sanções *aos que voltassem e a quem os acolhesse*.

A propósito, dá a conhecer uma «agudeza» que talvez não tivesse agradado a Carvalho e Melo: «E esta sua Dialética, a que eu, por venerasam, costume chamar «a nova Logica Carvalha». Sucede que a *Logica Carvalha*, muito utilizada sobretudo nas escolas dos Jesuítas, saíra da mente de um deles (o montemorense Inácio de Carvalho), e o paralelo vinha lembrar um assunto que o Ministro havia enterrado. O mais, sim, recebeu-o bem, pois coincidia harmoniosamente com a denúncia antijesuítica do Conde de Oeiras: o «formidável colosso jezuitico, batido de toda a parte com tam grossa

artilharia, ameasa já ruina». Urgia, porém, exterminá-los, «pois é certo que em quanto houver um socio na Curia, que se valha das prevensoens dos que governam, se deve temer sempre».

Não era preciso mais nada. O Ministro encontrava o homem ideal que iria coadjuvar o primo, Francisco de Almada de Mendonça, embora sem quase o aproveitar, com os compêndios escolares, na reforma do Ensino. Deste modo, Verney recebeu a nomeação de Secretário da Legação, assinada em 13 de Abril de 1768. Almada foi pessoalmente a Pisa comunicar-lhe a decisão régia, como vimos; e o beneficiado não se terá esquecido de agradecer a mercê, apesar de, ele próprio, vir a datar deste momento a perseguição de Almada.

Entretanto, voltou a pensar na introdução da Gramática Latina no sistema pedagógico vigente, colocando o irmão Diogo entre ele e o Conde de Oeiras: «Como o P.^e Verney me escreveo que V. Ex. lhe fizera a graca de dizer que eu a podia mandar», para segunda edição, anuncia-lhe que a envia nessa oportunidade. Protestando que apenas pretende informar e não autoelogiar-se, comunica-lhe, por carta de 21 de Julho de 1768, que a Gramática fora elaborada «para utilidade do Reino, naquele tempo em que as trevas o cobriam todo», isto é, ainda antes da expulsão dos inicianos, mas depois da polémica do *Verdadeiro Método de Estudar*.

Reincide na tónica do medo que eles o crucificassem segunda vez; insiste na aceitação que alcançou e implora, na suposição de que será para utilidade pública: «E nesta supozisám umildemente proponho ao elevado juizo de V. Ex., se convem que se dê licença para se introduzir nas escolas, juntamente com as outras duas que na Reforma se permitiram.» Achava que ninguém melhor que o

Ministro podia decidir e, por isso, tomou a resolução inesperada, e assim, mais uma vez, «as suas decizoens devem ser oráculos para todos e muito especialmente para mim, que as sei avaliar e venerar». Aproveita o ensejo para voltar à edição da Física, «quando me permitir o Real serviso».

A questão da Física não teve mais andamento. A *Gramática*, porém, apesar de não ser equiparada às duas aprovadas, pelo menos mereceu alguma protecção régia, mais tarde — ignoramos porquê —, não na segunda edição, que traz como local, a cidade de Sevilha, 1768, mas na terceira, «Na Regia Officina Typografica, 1775, com licença da Real Meza Censoria». Reimprimiu-se aí de novo, já no reinado de D. Maria I, em 1785 e 1790, então com o nome expresso do autor. Muitos anos depois, em 1816, os herdeiros ainda conseguirão, como aliás lhe pedira Luís António, reeditá-la pela 6.^a vez, «na nova impressão da viuva Neves & Filhos».

Admira, naturalmente, que o já Marquês de Pombal o tivesse expulso de Roma (7 de Junho de 1771), como consequência da assinalada perseguição de Francisco de Almada de Mendonça, que Verney estende até todo o mês de Junho de 1771. E não menor estranheza causa o facto de autorizar a edição de 1775 da *Gramática Latina* que, naturalmente, considerou útil para a segunda fase da Reforma do Latim, de 1772. Não obstante a simpatia que D. Tomás de Almeida, Director-Geral, na primeira restauração dos estudos manifesta por Verney ⁷, os homens da segunda talvez o superassem, neste ponto. Com efeito, o *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores e directores que a regiam*, cita o *Verdadeiro Método de Estudar*, em várias

oportunidades, chegando algumas laudas a deixar-nos a impressão da grande e forte voz do semeador de ideias, que vão frutificar neste momento histórico.

No entanto, sem intuítos de confrontar o programa verneiano com a Reforma da Universidade, frise-se, ao menos, que ele cabe perfeitamente dentro do esquema do Curso Teológico, que passa a manter oito cadeiras assim distribuídas: uma de História Eclesiástica, três de Teologia Dogmática Polémica, uma de Teologia Moral, outra de Liturgia e duas de Antigo e Novo Testamento, reduzindo-se a cátedra das Instituições Canónicas às lições de Teologia Canónica. Além disso, o mesmo espírito de combate à Escolástica, com preferência pela Teologia Positiva, polémica.

A reforma da *Medicina* que, em boa parte, se deve ao Doutor João Mendes Sachetti Barbosa, assentava em premissas propugnadas por Verney, como a consideração de Boerhaave, o mestre mais conceituado, na oportunidade, e a base da Filosofia newtoniana. Aliás, Sachetti Barbosa censura os críticos do *Novo Método*, ou seja, do *Verdadeiro Método de Estudar*, por se meterem a criticar uma profissão toda prática e pendente da observação, sem endossar o mesmo reparo a Verney.

Diga embora o autor do *De Re Physica* ao Ministro que o Professor de Filosofia em Coimbra desejava utilizar o seu compêndio nas aulas, o que veio a acontecer foi o contrário: em Lógica e Metafísica prevaleceram os pequenos manuais de António Genovesi ou Genuense, mediante a informação da Universidade de Coimbra a El-Rei, de que as *Instituições* do Genovês eram «as mais próprias para se darem aos estudantes dellas os primeiros elementos das referidas Artes», justificando-se com «judiciozos motivos». A 23 de Fevereiro de 1773 a Real

Mesa Censória assinou o parecer favorável dos novos *Estatutos*; e o Marquês de Pombal mexeu levemente no texto, eliminando o nome de Aristóteles para ficar mais conforme ao espírito dominante. D. José concluiu o processo, mandando «dar ao prelo e publicar as sobreditas *Instituições*, com toda a possível brevidade». Ainda nesse ano apareceu o 1.º tomo, com 142 páginas: *Institutiones Logicae in usum tironum scriptae*. Depois deste compêndio vieram os demais.

Sucede, porém, que os primeiros Professores Régios de Filosofia foram forçados a utilizar os manuais verneianos, convindo sobrelevar, além do referido de Coimbra, o nome do Dr. Bento José de Sousa Farinha que, nas aulas de Évora, (1764-1779), dava aos alunos, «primum Verneianam Logicam, Metaphysicam et Historiam istam Philosophicam». Mais tarde, foi um dos principais responsáveis pelo triunfo do Genuense, que divulgou, em latim e em português. Chegou mesmo a ensinar a história da Filosofia, desde Tales de Mileto «ao nosso Verney». É que o Director-Geral dos Estudos, como mostraremos em próximo estudo sobre a Reforma de 1759-71, determinou, sem ambages, em 22 de Fevereiro de 1764, que a licença de ensinar ficava condicionada à utilização da «Philozofia que imprimio o P.^e Verney».

Ao de leve, evoquem-se ainda José Caetano de Mesquita e Quadros, Professor Régio de Retórica e Lógica no Real Colégio dos Nobres desde 1765, que denuncia claramente a influência de Verney, tendo por guias confessados esse e outros «modernos de igual gosto», como Genovesi e Heinécio; o P.^e Manuel Álvares, Professor Régio no Porto, fiel discípulo seu e igualmente acérrimo inimigo da Escolástica; o P.^e Teodoro de

Almeida, que ensinou Filosofia a várias gerações que a queriam aprender em casa, por meio da popular *Recreação Filosófica* (1751 e sgs.), inserindo num volume a História da Lógica, encostado a Verney.

O próprio Director-Geral dos Estudos, como já se frisou, manifesta leitura da mensagem verneiana e partilhava bastantes das suas ideias. D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, primeiro presidente da Real Mesa Censória, que na segunda metade do ano de 1771 assume a responsabilidade da direcção dos estudos, mesmo na reforma do ensino na sua Ordem, em 1759, dá bastas provas da aceitação da mesma, indicando, por exemplo, como livros de texto, para substituição das «obras de mau gosto», a História (o *Apparatus...*), a Lógica e a Ontologia de Luís António Verney. O mesmo aconteceu, com maior ou menor exclusivismo, nas outras Congregações e Ordens Religiosas, quando foram obrigadas a elaborar novos Estatutos. O panorama persistiu ainda no tempo em que os Frades entraram a ocupar, por todo o Reino, as escolas oficiais de Latim e Filosofia ⁸.

Curioso será apontar que a Mesa Censória, por boca de António Pereira de Figueiredo e outros, tenha censurado favoravelmente os *Essais sur les moyens de rétablir les Sciences en Portugal*, resumo do *Verdadeiro Método de Estudar*, em 8 de Abril de 1769: «Nada contém que deva embarçar a sua publicação». Treze anos antes, sobre a obra integral recaiu sentença contrária: em duas sentenças dos Inquisidores de Lisboa, proferidas em 1753, a propósito de edição clandestina impressa em Lisboa por um Frade Loio, diz-se expressamente, que bem se sabia «que o Santo Ofício havia mandado recolher a primeyra impressão e denegado a licença para ellas correrem».

Realmente, os tempos haviam mudado e o ideário verneiano, se não embebido por todos os cérebros, influenciara realmente muitos e acelerara a curiosidade e até a adopção da nova via iluminista ⁹. Diria mesmo que até os Jesuítas não deixaram de a sentir, porque nem todos o censuravam em absoluto e, o que é mais, eles próprios mudaram os programas. Não será lícito afirmar que por influência directa. Mas, como se pode imaginar impermeabilidade severa num tempo em que alguma ciência desmoronava tanta teoria revelha? O *Elenchus Quaestionum* de 1754; as *Teses de toda a Filosofia*, presididas em Évora pelo Prof. Sebastião de Abreu em 1754; as *Conclusões analítico-eclecticas*, a que presidiu na mesma cidade, em 1758, o Prof. João Leitão, etc., não serão claro indício de que o panorama estava a modificar-se profundamente, em parte na direcção com tanto entusiasmo propugnada por Verney?

Sem se pretender determinar quantitativamente a quota parte da sua intervenção, pelo menos tem de se admitir a sua presença activa na transformação operada, quer a aprovemos quer façamos recair sobre ela o nosso anátema. E não só no ensino, como vamos ver.

PROJECCÃO NA REFORMA POMBALINA DE ORDEM SOCIAL

Igualmente nos escasseia o espaço para percorrer todos os trâmites das reformas do ministro de D. José, à procura de possíveis influências de Verney, a que acresce a falta de estudos monográficos. E talvez nem seja trabalho viável, de modo satisfatório. Em todo o caso, alguma coisa se apurou já a este respeito, devendo-se,

como referimos, o melhor estudo ao Prof. Cabral de Moncada. A intervenção neste campo tornava-se claramente difícil, porque o Conde de Oeiras tinha ideias claras da governação e imprimira já ao seu governo a orientação que o estruturava. Em 1760, o Núncio saía de Lisboa e consumava-se o corte de relações com a Santa Sé, com ordem para os Portugueses deixarem Roma. Desde 1764 que D. José ambicionava o fim do conflito, mas o Papa Clemente XIII, entretanto, publicou dois breves em defesa dos Jesuítas. Só depois de sair a *Dedução Chronológica* (1768), e subir ao sólio pontifício o novo papa Clemente XIV, a evolução dos acontecimentos tomou direcção contrária. Em 1769 ficou assente o restabelecimento das relações, tendo chegado o Núncio a Lisboa em Junho de 1770.

É neste contexto que Verney desenvolverá as suas ideias sobre o poder civil em relação ao poder da Igreja, propondo reformas pontuais. Moncada pensa que as cartas de 1765 a 1766, a Aires de Sá, têm interesse «não só no aspecto das influências ideológicas que ele sofreu, como no das que exerceu sobre a mentalidade do consulado pombalino e a marcha de muitos dos acontecimentos desse tempo. Depois de lida aquela correspondência, dificilmente se poderá fugir a concordar com Camilo, que considerava Verney o «oráculo mais fecundo» do Marquês de Pombal, repetindo aliás a asserção do jesuíta espanhol, P.^e Isla: «o braço direito de Carvalho e de Almada».

Contudo, não é lícito tomar essas expressões à letra, nem sequer com respeito a Almada e Mendonça, que o desprezava. Ainda assim, convém sublinhar que não se trata de simples concordância superficial e fortuita de certos temas entre o génio político de Pombal e a visão

verdadeiramente europeia que o filósofo mantinha dos problemas mais candentes da administração pública, como também reconhece Cabral Moncada. Segundo este Professor, das cartas e relatórios ressalta «completa identidade de espírito entre as convicções do sábio e a obra do estadista». Depois de sustentar que o Arcediago não encarava a Inquisição apenas como filósofo mas também como político, especialmente como político português, para iluminar a nação, Moncada anuncia o propósito de «apreciar até que ponto as suas ideias terão influido sobre uma das mais importantes reformas levadas a cabo pelo Marquês de Pombal», em 1774. A carta de Dezembro de 1765 e um dos Relatórios enviados de Roma elucidam-nos a respeito das ideias verneianas, que decerto não amadureceram nove anos no espírito do Ministro, até as pôr em execução. Neste, como noutros particulares, a mensagem do Arcediago de Évora já se havia diluído na opinião pública ou de alguns ilustrados — e operava anónima, como outras forças mais.

Verney temia a Inquisição e até não custa a crer que sinceramente a não quisesse suprimir. Refrear, sim; e dentro da esfera regalista. A sua primeira máxima respeita à necessidade de a conservar: «Io pianto per prima massima che bisogna conservar quel Tribunale». Logo a seguir garante, no entanto, que esse, o que funciona em Portugal, tem-no por inútil e prejudicial, convindo apenas que se deva condescender com os preconceitos da Nação. E, assim, pretende torná-lo inofensivo, por meio de novo Regulamento. Acreditava mais na razão e poder de argumentar ilustrado, para enfrentar os herejes, os judeus e semelhantes, submetendo ao poder civil as credices supersticiosas e quejandas. Além do Regimento, que entendia dever-se sujeitar à aprovação da Cúria

romana, apesar do corte de relações diplomáticas, apontava um terceiro remédio que, na verdade, a secularizava: a introdução de gente do governo nas diferentes Inquisições do Reino e Ultramar, pelo menos dois senadores de confiança e reconhecida capacidade. E como essas pessoas iriam interferir, juntamente com juízes eclesiásticos, por secularização entende-se a sujeição parcial, embora importante do foro eclesiástico ao poder secular.

Todo o pensamento motor redu-lo ele a estes três pilares:

1) «Não é possível que uma pessoa se defenda correctamente sem examinar bem (ter dele conhecimento) o seu processo»;

2) «É barbaridade inaudita que um Tribunal que visa justiça e misericórdia queime gente, arruinando famílias»;

3) Os pactos com o demónio provêm da ignorância, não sendo de aceitar como autênticos mais que um cada cem anos: Deus não permitiria a sua frequência e os maus Príncipes destruiriam os outros e todo o género humano, sem cânones e sem despesa. Aliás os diabos receiam muito as Nações em que florescem a Filosofia, a Medicina, as Leis e a Teologia.

Em abono do primeiro, esclarece que a maior parte dos processos nasce do segredo, gerando-se nele a culpa de judaísmo, que uns condenados atribuem a outros, na mira de se salvarem dos castigos. E, como reforço do segundo, insiste em que «Cristo nunca ordenou que se matasse ninguém por crimes de Religião».

Ora, tudo isto e o mais que agora não importa lembrar, são considerações que estiveram presentes nas decisões

do Governo, quando em 20 de Maio e 12 de Junho de 1769 el-Rei concede o tratamento de Majestade à Inquisição, e faz os seus Deputados do Conselho Real. Desde então, as causas civis passaram a ser expedidas em nome del-Rei. Na carta de lei de 12 de Junho estabelecia-se já a extensão do seu poder e jurisdição e, alfim, pelo Alvará de 1 de Setembro de 1774, confirma-se o novo Regimento que a transformara, efectivamente, em Tribunal do Estado. Como no mesmo sentido haviam propugnado outras figuras eminentes da época, como D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, o Cavaleiro de Oliveira e Ribeiro Sanches, a modificação ter-se-á operado sem a influência directa de Verney; mas, em qualquer caso, sob a pressão das ideias que perfilhava e diligenciou introduzir no centro de decisão.

A respeito da censura de livros também não deixou de exprimir a sua opinião aos mesmos círculos, procurando simplificar o sistema, sem deixar de admitir a autoridade da Igreja a esse respeito. Contudo, como sublinha Cabral de Moncada, «neste ponto é bom notar que as suas vistas deviam parecer demasiadamente moderadas a Pombal, no aspecto da importância atribuída ao poder civil em matéria de censura, como se veio a revelar com a criação da *Mesa Censória*, ocorrida cerca de dois anos depois», em 5 de Abril de 1768. Afigura-se-nos exagerada a afirmação do Professor coimbrão, quando assevera que esta «representa a total secularização da Censura, indo assim muito mais longe na sua tarefa de afastar a Igreja do conhecimento de tais matérias do que as medidas propostas por Verney». Basta recordar que o Presidente da Mesa era eclesiástico, D. Fr. Manuel do Cenáculo, bem como os censores, por exemplo, o P.^e António Pereira de Figueiredo, Fr. Luís de Monte Carmelo, Fr.

Francisco de S. Bento, que se dividiram, nalguns pormenores, quando em 1770 se tiveram de pronunciar sobre as obras de Voltaire, sentenciando os dois primeiros que se deviam proibir todas elas e opinando o terceiro que apenas algumas de história e as de teatro mereciam semelhante censura.

A respeito dos testamentos, sucessões e fideicomissos Verney pedia urgência em se proscreverem as revelhas e perniciosas determinações legais, a fim de se evitarem tantos litígios que arruinavam a família e traziam as populações em sobressalto. Cabral de Moncada adverte que, sendo o relatório de 1765 ou 1766, «logo nesse ano ou no seguinte, foi publicada a lei de 25 de Junho de 1766, restringindo consideravelmente o direito de testar». E, depois de assinalar o espírito cristão dos princípios do preâmbulo da lei, interroga e responde: «Não seriam estas também as ideias de Verney? Cremos que sim».

O mesmo Professor entende que ao Arcediago de Évora se deve a introdução do sistema completo das ideias da Escola do Direito Natural expostas na 13.^a carta do *Verdadeiro Método de Estudar*. E ainda mais: «Está aí o germen de todas as reformas posteriores do século, não só da reforma do ensino, segundo mais geralmente se crê, como, antes disso, da própria reforma do romanismo em Portugal, da lei da Boa Razão e da restante legislação pombalina que nela se inspirou». Alude à boa razão das leis e do direito, cujo significado e valor se fixou na lei de 18 de Agosto de 1759.

Na verdade, algumas ideias virão a projectar-se mesmo no reinado de D. Maria I, no campo da aplicação da Justiça: «Foi precisamente o espírito dessas medidas que, pouco depois, logo no reinado seguinte, havíamos de ver desenvolver-se e tomar maior vulto, através das

discussões e tentames em volta do chamado *Novo Código* de D. Maria I. Também aqui, com efeito, a primeira ideia parece partir do iluminado Arcediago de Évora» — depõe o professor de Direito da Universidade de Coimbra, que lembra a frase de Verney: «Fazer um novo Código de Leis, adaptadas ao tempo.»

Mas não só foram aproveitadas muitas das suas propostas de ordem política e jurídica. Igualmente, «muitas das ideias económicas e sociais (...) não tardaram, de facto, em ser retomadas e desenvolvidas em muitos dos seus aspectos, pelos autores da *Memorias económicas da Academia Real das Sciencias* e por homens como Melo Freire, Ribeiro dos Santos, Rodrigues de Brito (pai), Pinheiro Ferreira, etc. Elas constituíram o ambiente reformador do novo reinado, alimentado já no fim do século pelos primeiros ecos da Revolução francesa». Linhas adiante, acrescenta, a jeito de remate, ao referir-se ao apreço de certos historiadores da figura de Carvalho e Melo: «(...) o Marquês de Pombal e a sua obra reformadora (é como dizer: Verney)».

Torna-se difícil acompanhá-lo sem fortes restrições, mas parece válido acentuar, como dissemos, a influência incontestável da sua intervenção na cultura portuguesa. Aliás, o mesmo escritor repara no excesso daquela asserção, quando restringe a participação do Arcediago: «Mais reservadas têm de ser, porém, as nossas conclusões acerca da eventual influência pessoal e directa que Verney terá exercido sobre os homens e os acontecimentos do seu tempo. Aqui, uma advertência prévia se impõe. Quando falamos numa influência exercida por Verney sobre a vida portuguesa, como provável inspiradora de muitas medidas reformadoras do reinado, não temos em vista, de modo algum, uma influência pessoal,

psicológica, que fosse *causa* determinante e, muito menos, exclusiva dessas medidas e de certos factos, como se estes, sem ela, não se pudessem produzir.»

Não vale a pena insistir. Outros homens — e o próprio Marquês — haviam já bebido as novas ideias, ou foram, entretanto, inteirados do movimento renovador que grassava na Europa, neste século «iluminado». «É, pois, por isso, perfeitamente lícito pensar que, mesmo sem Verney, o nosso século XVIII seria o que de facto foi.» Na realidade, porém, a sua presença fez-se sentir e, se não trouxe novidades em muitas questões fulcrais, precipitou, sem dúvida, os acontecimentos. Que as reformas não se operaram precisamente no sentido por ele almejado, verifica-se pelo pessimismo de vários testemunhos seus, sobretudo no que foi exarado na carta que dirigiu ao oratoriano José de Azevedo. Pombal foi um ingrato e Aires de Sá e Melo não executara o que ele lhe transmitira.

De forma que, com Moncada, concluímos: «Que ele tivesse sido o causador directo, o *deus ex machina* de uma grande parte da legislação do Marquês, é, pelo menos, discutível. Mas que ele fosse a mais alta consciência, no íntimo da qual se definia e tomava corpo, pouco a pouco, todo o sistema de ideias de que o regime parecia querer tornar-se a concretização política, isso é o que nos parece evidente.»

PROJEÇÃO EM FRANÇA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA,
NO ENTÃO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA E NOS
PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, SOBRETUDO NO BRASIL

Talvez seja incorrecto abordar o tema da influência de Verney em França, visto que de lá lhe veio boa parte do seu labor renovado. Melhor se diria, caso tivesse havido autêntica influência, recesso ou retribuição... É possível que um dia se surpreendam indícios de utilização dos compêndios escolares ou mesmo de partidários do manifesto que em Paris publicou, *Chez P. Al. le Prieur, Imprimeur-Libraire ordinaire du Roi*, em 1762, com o título de *Essai sur les moyens de rétablir les Sciences et les lettres en Portugal*, como auxílio, para os leitores franceses que ignorassem o latim, da *Synopsis primi Tentaminis*, que abria a edição. A circunstância de haver escondido o nome debaixo do pseudónimo Antoine Teixeira Gamboa, só afectou, naturalmente, a identidade do autor. Além dos compêndios escolares em latim e desse resumo do *Verdadeiro Método de Estudar*, em edição bilingue, Verney tentara impor-se antes, veladamente, por meio da *Lettre d'Antoine Teixeira Gamboa à Messieurs les Auteurs du Journal des Sçavans*, publicada em 1752. «Cette lettre nous est adressée de Lisbonne par un portugais, par un citoyen qu'amateur sincère des Sciences et des Arts.» Tudo certo, menos o local de origem e o nome do autor...

A influência na Alemanha talvez não passe da simples divulgação noticiosa da sua *Lógica*, nos *Nova Acta Eruditorum, Lipsiae* (Leipzig, 1754 e 1759).

Em que medida, pois, terão estas notícias e os textos programáticos interferido, não digo na mentalidade alemã ou francesa, mas nalguns franceses e alemães que

lhe prestaram atenção? Por ora, ninguém soube responder à justa curiosidade.

Em Itália, as cousas passaram-se de modo diferente. A reformulação da pedagogia havia penetrado em meios muito restritos e de forma que não agradava ao nosso Iluminista? Por isso, sentiu como seu dever, alertar a Universidade de Roma, onde se formara em Teologia e Direito Canónico, como vimos, acerca do modo de conjugar a *Lectissima Philosophia cum Theologia* (Roma, 1747). Acabava de lançar o *Verdadeiro Método de Estudar* em língua portuguesa e, como nele a parte em que se sentia mais bem preparado ou mesmo se considerava autoridade, era a da Filosofia e Teologia, julgou conveniente falar em latim, no alfofre em que se preparavam os responsáveis pela educação eclesiástica romana. Deste jeito, também os meios escolares e extra-escolares de qualquer Nação — porque o latim continuava a ser idioma internacional de base — podiam ficar a conhecer o verdadeiro rumo dessas duas disciplinas da cultura europeia. Um Iluminista, porque se considerava e era realmente homem da cultura superior e autêntica, tinha de irradiar o saber que o enchia, mesmo na terra onde a haurira. É ele quem informa que o seu *De Re Logica* era usado nas escolas da Itália, de que ele próprio cita o Colégio Real, o Efébeo Régio e «outras escolas» em Nápoles, bem como a dos Teatimos no Seminário Pontifício; e não custa a crer que o *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam* alcançasse o êxito das obras úteis, que compendiam em manual quase de bolso volumes de grande tomo e de autores contraditórios. Ele mesmo se encarregou da divulgação dos quatro compêndios que organizou para o ensino secundário, publicando notícias desenvolvidas, de que tirava

separatas. Assim, aparecem os *Estratti delle due opere intitolate Aloysii Antonii Verneii De Re Logica et Apparatus ad Philosophiam et Theologiam (...) pubblicati nel Giornale de'Letterati di Roma, per gli anni 1752 i 1753* (Roma, Nicolau e Marco Pagliarini, 1753): o *Estratto dell' opera intitolata Aloysii Antonii Vernii (...) De Re Metaphysica (...) pubblicato nel Giornale de'Letterati, di Roma per gli anni 1752 i 1753* (Roma, Irmãos Pagliarini, 1753); e a *Lettera Scritta ad un Letterato Toscano* (Livorno, 1770, esta, parece que espécie autónoma.)

E, como a influência nem sempre se apresenta pela face positiva da aceitação, por lá andou envolvido em polémica filosófica, por exemplo, em *Animadversiones*, disputando sobre a união do espírito e do corpo, defendida por Urbano Tossetto, no Colégio Nazareno de Roma, sob o suposto nome de Isidoro Bacchetti, romano, filósofo e médico (Roma, 1755). O próprio Bacchetti regista a oposição sofrida pelo *De Re Metaphysica*, não só entre os antiquados, como também no seio da família modernizante. O *Apparatus* trouxe-lhe profundos desgostos. O P.^e D. Próspero de Aquila, da Congregação do Monte da Virgem, professor em Nápoles, no princípio da sua tradução do *Dictionnaire de Théologie* (1761), incluiu um *Discorso preliminare* que, apesar de figurar como parto seu, não passa de tradução, ao pé da letra, da história da Teologia do *Apparatus* verneiano. O plágio atingiu tal ponto que até as notas eruditas passaram por labor seu. Verney denunciou a fraude por meio de um folheto que intitulou *Supplimento al t. I del Dizionario Theologico (...) dal P.^e D. Próspero dell'Aquila*, escarpelizando o autor, como plagiário e ignorante na versão ¹⁰. Defraudado do que era seu, mesmo assim alcançou mais leitores e influiu na cultura dos italianos.

Falta determinar, concreta e exaustivamente, em que medida e persistência.

A Espanha foi, de todos os povos latinos, a nação que melhor acolhimento proporcionou às suas ideias iluministas, com projecção natural na América Latina, que falava a mesma língua. Verney combatia Feijóo, Tosca e outras figuras acarinhadas como mentores por muita gente, se bem que também contestadas por outros. O «Barbadinho» significaria, pois, em princípio, um grau mais avançado de protesto contra a estagnação do ensino, que não aceitava totalmente os novos rumos pedagógicos. Assim o entendeu o tradutor do *Verdadeiro Método de Estudar*, o advogado D. Maymó y Ribes, doutor em Teologia e Leis, que o divulgou em castelhano, em quatro volumes, no ano de 1760. Já antes, defendera o anónimo autor contra as invectivas do jesuíta José Francisco de Isla, que o impugnara na *Historia del famoso Predicador Fray Gerundio de Campaños, alias Zotes* (Madrid, 1758): *Defensa del Barbadiño en obsequio de la verdad* (Madrid, 1758). Outros se atarefaram no duplo sentido de censura e contra-ataque, como Vicente Calatayud, André Piquer e João Baptista Muñoz, que lhe publicou o *De Re Logica* na cidade de Valencia, em 1769, tendo saído antes também a do *De Re Metaphysica*, no ano de 1763, em latim e não em castelhano, como Inocência escreveu. A gramática latina e alguns livros da polémica trazem o suposto lugar de impressão em terras de Espanha: Valência, Barcelona, Sevilha... A influência de Verney em Espanha acentuou-se a partir da expulsão dos jesuítas, vindo a decair anos depois, se não por efeito da polémica que rebentou com a versão do *Verdadeiro Método* e outros folhetos pró e contra, igualmente traduzidos por Maymó y Ribes (*Apologias a la obra del Barbadiño... y Respuestas a ellas*,

Madrid, 1768), sem dúvida porque as ciências e mesmo a Filosofia avançaram por novos rumos, no fim do século.

Com a viagem a Espanha do Oratoriano mexicano Bento Dias de Gamarra (1767), a Lógica verneiana foi transplantada para os *Elementa Recentioris Philosophiae*, editados na cidade do México, em 1774. D. Maria del Carmen Rovina confrontou os dois escritos e surpreendeu frases completas e até citações de Verney, chegando os capítulos IV, V e VI a reflectir integralmente o texto do pedagogo português. Mais que de influência se pode, afinal, falar de apropriação de trabalho alheio que, nem por isso, deixou de irradiar a proposta verneiana, não só por meio do *De Re Logica*, mas também do *De Re Metaphysica*. O compêndio do mexicano constituiu, à custa de Verney, «uma das obras do ensino da Filosofia mais importantes do século XVIII mexicano». A mesma autora assinala a influência, já menos gráfica, no Equador e em Cuba, nas últimas décadas do século.

A projecção em Goa exerce-se através dos Oratorianos e da Reforma pombalina dos estudos secundários, não sendo fácil, neste momento, balizar a extensão que terá alcançado. Qualquer dos dois projectos pedagógicos aglutinava amplamente as ideias do Iluminista português e alguns dos seus compêndios tornaram-se insubstituíveis nas primeiras décadas da segunda metade do século.

Já referi atrás dois momentos em que Luís António aludiu ao Brasil, mas essas recordações apenas servem para frisar que o considerava um todo com Portugal e, por conseguinte, a sua aposta estendia-se a essas terras tropicais, sem reservas. E, na verdade, pode-se hoje afirmar que a sua influência foi real, sem ser notável, de certo mais indirecta do que em pleno, através da sua obra, posto que também esta se consiga surpreender aqui e

além. É real, porque entrou com o ensino dos Neris portugueses, de outras congregações religiosas e do ensino secundário oficial.

Poder-se-á, pois, topar rastros concretos da sua influência nas escolas brasileiras de Religiosos ou nas Oficiais? Haverá, porventura, qualquer antigo aluno delas, que confesse ter sido instruído no rumo do plano do *Verdadeiro Método de Estudar*, ou algum intelectual em que se logre surpreender zonas da sua influência? Conseguir-se-á, enfim, descobrir nas Bibliotecas do Brasil exemplares desta e das outras suas obras, com registo de entrada na própria época, do tipo da que Eduardo Frieiro revela (existência do *De Re Logica*, na do Cónego Luís Vieira da Silva, «cuja carreira brilhante reflecte bem as condições e os recursos do trabalho didáctico e cultural do primeiro Seminário de Mariana»¹¹, que voltaremos a encontrar mais adiante? Deste modo, apurar-se-ia influência directa que, afinal, para o nosso propósito, seria tão valiosa como a indirecta...

Começando pela Congregação do Oratório, limitar-me-ei a vincar que, como os padres do Brasil viveram sempre muito ligados aos de Lisboa (conforme, aliás, as restantes Casas Portuguesas), não seria neste particular que se iriam bastar a si mesmos, desde Professores a obras didácticas. A dificuldade está em saber se, na América, exerceram o magistério, para além da faina missionária. Em todo o caso, adianta-se já que, na sua Biblioteca da Casa do Recife, cujo *Catálogo* (1770) divulgarei em dia, guardavam-se três compêndios didácticos: *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam*, *De Re Logica* e *De Re Metaphysica*, e mais três da polémica: *Verdadeiro Método de Estudar*, *Reflexoens Apologeticas*, de Arsénio da Piedade, o jesuíta José de Araújo, e *Retrato de*

Mortecor, de Alethophilo Candido de Lacerda, o inaciano Francisco Duarte ¹².

Da ausência das «respostas» de Verney não é lícito inferir que a curiosidade dos Oratorianos de Pernambuco (ou a dos Jesuítas, se a Biblioteca lhes pertencera) se restringisse às duas primeiras obras de censura da pedagogia do Barbadinho da Congregação de Itália. Embora estejamos convencidos de que nas suas aulas apenas circulassem os manuais da Casa de N. Sra. das Necessidades, que também figuram no Catálogo, pode concluir-se que os Oratorianos do Recife foram permeáveis à sua reforma, tal como os de Lisboa e das demais Casas.

De outros Institutos, pouco se sabe ainda. Reflexo indirecto será lícito assinalar no Seminário fundado em 1748 por Frei Manuel da Cruz, em Mariana, onde vigoraram, a partir dos Estatutos de 18 de Novembro de 1760 (art. 3.º), as normas da reforma dos estudos menores, de 1759 ¹³. Um dos professores de Filosofia, o Cónego Luís Vieira da Silva possuía, para seu uso, o *De Re Logica* de Verney, ao lado da *Summa* de S. Tomás de Aquino, da *Philosophia Peripatetica* de A. Mayer e de outras obras de Escolástica, que o Barbadinho detestava, por exemplo, Silvestre Aranha, Coutinho, Bréscia (ou Bríxia) e de obras de diverso cariz, como a *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert. No mosteiro beneditino do Rio de Janeiro, Fr. José Sofia da Natividade da Mota Manso ensinava Filosofia por volta de 1768, baseando a sua Lógica na de Verney, «Clarus Verneius».

Mais concreta terá sido a influência de Verney através dos Professores oficiais, que não levavam de Lisboa, apenas, as *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica*. Chegaram à Baía em 9

de Janeiro de 1760, com intuitos de instaurar o novo plano escolar que, como vimos não andava longe da pedagogia verneiana, gizada no *Verdadeiro Método de Estudar*, embora se lhes tolhesse a liberdade de leccionarem pelos livros que desejassem.

Deixando em aberto a averiguação, impossível de efectuar em Lisboa, da existência ou não, de obras de Verney nas bibliotecas brasileiras, com a certeza de entrada na época, abeiremo-nos dos intelectuais que, confessadamente ou não, possam reflectir a sua influência. Um, dentre todos, merece relevo especial, o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821), geralmente apontado como figura máxima do Iluminismo no Brasil. Contava trinta anos quando resolveu passar ao estado eclesiástico e veio para a Universidade de Coimbra, estudar Direito Canónico, que terminou em 1775, tendo-se dedicado também ao estudo das ciências económicas e políticas. Eleito Bispo de Pernambuco em 1794, foi nesse mesmo ano nomeado Governador interino da Capitania, Presidente da Junta da Fazenda e Director-Geral dos Estudos ¹⁴. Quatro anos mais tarde instituiu um Seminário para formação do Clero, no edifício do antigo Colégio dos Jesuítas, doado à Mitra de Pernambuco por Alvará régio de 22 de Março de 1796 ¹⁵.

Nos *Estatutos do Seminário de N. Sra. da Grasa, da cidade de Olinda de Pernambuco*, que mandou imprimir na Tipografia da Academia das Ciências de Lisboa (1798), sobressai vincada figura do intelectual, zeloso do progresso cultural dos Párcos rurais, para desse modo elevar a cultura social e tecnológica do camponês ¹⁶. A atitude, só por si, denuncia plenamente o Iluminista, moldado ainda na forja da Reforma Pombalina, sendo

através dela que Verney espreita, quase apagado. Para Azeredo Coutinho, «a observância literária, assentando sobre a Moral, é a que repõem o ómen no estado, em que ele enxe perfeitamente toda a idea de ómen: ela é a que desterra a ignorancia e introduz as luzes que são necessarias para descobrir os segredos mais ocultos da Natureza e para saber adorar os misterios mais profundos da Divindade». Posto o princípio, prenhe de Iluminismo, Coutinho assinala a diferença entre os conhecimentos humanos das ciências da sua época, por pouco que se tenham adiantado, e os antigos. Aqueles são «mais iluminados e mais regulados e fazem distinguir o ómen na Sociedade», tornando-se imprescindível o emprego de um *verdadeiro método* que regule os *estudos*, sem fátigar os entendimentos, com matérias e questões inúteis. O método incidia, pois, antes de mais e principalmente, na escolha das disciplinas em ordem à utilidade, de modo que «adiante os conhecimentos e ensine a procurar a verdade nas suas fontes».

A seguir, entra a falar o pedagogo ou melhor, o teórico que leu tratados de Pedagogia e escolheu o que se lhe afigurou mais apropriado ao fim almejado. Apesar de exigir que os candidatos soubessem ler e escrever, legisla sobre as primeiras letras, devendo salientar-se, além dos quesitos de «ábeis na sua arte», modelos de virtude, a exigência normativa ao professor de «principiar pelas ideas mais simples que nos entrão pelos olhos e pelos ouvidos, para depois pasar ás mais sublimes e abstratas». E assim, mesmo sem ter lido Descartes (se é que o não leu), tratou primeiro das regras da arte de ler, escrever e contar, e, depois, da Religião. Combatendo o preciosismo de cada qual, utilizou um tipo de letra pessoal que os demais não entendam; propugna a tese

de que a melhor se lê, e reduz os caracteres a dois — o *c* e o *í*, parecendo-lhe que depois de saberem formar estas letras com perfeição, «formarão sem dificuldade, todas as outras do alfabeto, as quaes não são mais do que uma combinação das sobreditas duas». Deste modo se simplificaria o ensino.

A respeito da ortografia acosta-se a Verney: «Deve ensinar-lhes a ortografia mais simples, isto é, escrever como se fala», princípio também advogado pelo Arcediago de Évora. Assim se facilitaria a aprendizagem a quem não soubesse latim, o que acontecia à maioria dos Portugueses. «Por cuja cauza, com justa razão, mandou o Senhor Rei D. José, na Lei de 28 de Junho de 1759, para instrusão dos Professores de Gramática, § 11, que se uzasse da que compos Luís Antonio Verney, que é a mais simples, e a mais conforme ao que acabamos de dizer.» Mais conforme ao que praticava, suprimindo o *h* em *harmónica*, escrevendo *jeralmente*, *múzica*, *lisão*, *profesor*, *rimica*, etc. A eliminação, neste último vocábulo, de uma letra que hoje se pronuncia em Portugal e não se exprime no Brasil, faz suspeitar (se não se provar origem mais remota), que as normas ortográficas de Verney tenham penetrado de tal forma nas escolas que levaram à universalidade da pronúncia e escrita de hoje, neste particular. Se assim for, neste processo não deixa de caber boa parte de acção a Azeredo Coutinho ¹⁷.

No ensino da Gramática Latina preceitua três escalões: 1.^a classe, noção de Gramática Portuguesa, «para que, com mais facilidade, vão percebendo os principios da Gramática Latina, advertindo-lhes tudo aquilo em que a Portugueza tem alguma analogia com a latina e principalmente pelo que pertence ás partes da orasão, a saber, Nome, Verbo, Adverbios e particulas, com as suas

diferenças, *tudo pelo modo mais breve*, fácil e acomodado às pequenas idades». Depois, as declinações, conjugações, gêneros, pretéritos e sintaxe, por meio de alguma *Arte* moderna e recopilada. Não indica o *Resumo* de Pereira de Figueiredo nem a *Gramática* de Verney, que excede os propósitos do ensino rápido. Na 2.^a classe, o aluno traduziria já Sulpício Severo, César e Cícero «e, de nenhuma sorte, os Poetas». Também aí, as lições seriam «pequenas e bem rejidas». Na 3.^a classe vertia-se Salústio, Tito Lívio e Terêncio, competindo ao Professor relevar nestes autores a fábula, a história, a beleza «e o mais que pertencer para a boa inteligência da Latinidade». Quando os alunos mostrassem ter adquirido «bastante lus da lingua latina», nesta classe passariam então a conhecer os Poetas «de melhor nota, mas com muita sobriedade, tão somente para não ignorarem a versificação latina e poderem entender as belezas da arte» — então muito condicionada, como aliás se apalpa nos *Estatutos*, por regras formais que excediam, em importância, a beleza da arte em si. Desta forma, «todo o ensino da Gramática Latina se poderá concluir em três anos».

A Retórica era ensinada com o auxílio de compêndio extraído de Quintiliano e Cícero. Depois de convenientemente exercitados nessa disciplina, ensinavam-se as regras da Poesia, pela *Arte Poética* de Horácio, obrigando os discípulos a elaborarem composições em versos não só latinos, mas também portugueses, «fazendo-lhes ver as belezas dos nossos Poetas, especialmente de Camões que, apesar dos seus defeitos (Verney bem procurou pô-los em relevo), não deixou de ser um excelente Poeta». Estabelece que o professor de Retórica seja também da História, devendo, a seguir, ensinar «os elementos da História universal, por algum

rezumo sucinto, claro e metodico». Proibia, porém, «discussões istoricas», por «impropias da primeira idade», entendendo que devia, antes, explicar os princípios gerais em que se funda a história. Especifica-os deste jeito: «Principais nosões da Cronologia, das épocas e das suputasões dos tempos, em comum; depois as da Jeografia, com um ordinário conhecimento da Esfera e dos Mapas, de sorte que os estudantes saibão as situações da terra nos seus lugares principaes, e posão buscar no mapa qualquer Província ou cidade famoza». Por fim, lembra «os factos mais célebres do Mundo civil nos seus diversos governos e imperios mais famosos, especialmente no de Portugal».

Estas duas disciplinas de Retórica e de História preenchiam apenas um ano, porque havia necessidade de passar imediatamente à Filosofia. Nas porções em que a divide e define, nota-se bem a influência de Verney, aliás admitida já como universal. Formam elas «um collegio de ciencias universais» — o que lhe dá ensejo para de novo afirmar os propósitos do Seminário, da escola de princípios elementares, próprios não só de um bom e verdadeiro Ministro da Igreja, mas também de um bom cidadão e de um indagador da Natureza, «que adora o Creador nas suas obras e as fas servir ao bem dos ómens». Para tal fim, reduziu o estudo da Filosofia a duas partes: Lógica, Metafísica, Ética e Física Experimental; e História Natural e Química. Ao professor recomenda que use um compêndio moderno e explique «com clareza, somente as questões uteis que pertencem aos conhecimentos umanos: Juizos, Discursos, Critica, Ermeneutica, Ontolojia, Psicologia, Teolojia Natural, regras e principios das asões moraes, virtudes e officios dos ómens, sem difuzões nem perplexidades que

embarasam o progreso dos estudos». Explicaria «que coiza seja metodo», «como se descobre a verdade pelo metodo analitico, como se ensina e convence pelo metodo sintetico e que coiza seja metodo socratico». Depois lecionaria um dos ramos da Filosofia Natural ou Física Experimental — só o que respeita à Mecânica e Hidrostática, «e os principios necesarios para a inteligencia das maquinas e das suas forças, cujo conhecimento é muito necesario para fazer mover e levantar grandes corpos e conduzir as aguas em um país, cujo fundo principal consiste na Agricultura e no trabalho de lavar as terras, cavar e extrair os mineraes, etc.».

Convicto no ideário dos fisiocratas, nada descura que fomente o melhor aproveitamento agrícola, se bem que, perante a realidade das minas de ouro, não despreze a indústria. É de sua autoria o *Discurso sobre o estado actual das Minas do Brazil* (Lisboa, 1804), para não falar do *Ensaio Economico sobre o Commercio de Portugal e suas Colonias* (Lisboa, 1794; 2.^a ed., 1816; 3.^a ed., 1828; 4.^a ed., São Paulo, 1966) e outros.

O estudo podia prosseguir, sobretudo para completar os pontos esboçados e estabelecer o confronto minucioso entre os seus propósitos pedagógicos e os de Verney, já que o decalque nas *Instrucçoens* aparece mais directo. Não sendo lícito empreender aqui esse estudo e bastando o exposto para vincar bem a sua presença no Brasil culto, convém, no entanto, lembrar de passagem outros nomes, em que se detectam sinais de simpatia, posto que sem determinação quantitativa. Francisco da Gama Caeiro possui um exemplar do *Verdadeiro Método de Estudar* que pertenceu ao Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, um dos homens da reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil ¹⁸. O

terceiro bispo de S. Paulo, D. Manuel da Ressurreição (1771-89) era proprietário de «um dos núcleos bibliográficos mais ricos do Brasil de então e característico da Ilustração, do Regalismo e do Jansenismo», permitindo-nos relevar os três compêndios principais de Verney: o *Apparatus*, *De Re Logica* e a *Gramática Latina*.

O poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que antes de terminar o curso de Cânones em Coimbra escreveu o poema heroi-cômico *O Desertor das Letras* (1774), em que exalta a reforma pombalina, se não estudou a Lógica pelo compêndio de Verney, adquiriu-o e alinou-o na sua rica biblioteca, decerto por compartilhar do seu método.

Aliás, a influência de Verney no Brasil prolonga-se pelo século XIX. Como se revela em carta de 12 de Agosto de 1861, desde 1804 estudava-se pelo seu *De Re Physica* — e decerto pelos demais compêndios — na cidade da Baía. Por isso, não surpreende a notícia de Verney figurar ao lado dos Enciclopedistas nas bibliotecas de Ouro Preto. Pequenos sintomas, decerto, se apalpm nestes casos dispersos. Mas, à falta de melhores indícios, já deixam bem a claro o que aliás se sabia anteriormente, de modo geral: a penetração da cultura portuguesa setecentista, no Brasil, mantida com novos valores, sem afogar de todos os anteriores, por grande parte do século XIX, a que serviu de alicerce.

EPÍLOGO

AJUSTE DE CONTAS: UM SÁBIO E UM LITERATO? UM «ESTRANGEIRADO» DESNACIONALIZADOR E UM APÓSTOLO CÍVICO?

Deixando de parte acusações de heresia ou menos firmeza na Fé, em homem cujo testamento, se não resolve a questão, pelo menos o coloca bem dentro da religião em que sempre acreditou, debruçemo-nos de preferência, embora rapidamente, sobre epítetos que lhe são dados com mais insistência, sobretudo nos nossos dias. Decerto que não para reavivar polémicas e, muito menos, para enaltecer ou diminuir a figura que, com maior ou menor projecção, se não apagará mais na história sócio-cultural portuguesa. Tentamos, apenas, rever os dísticos que pretendem dizer tudo em frases mais ou menos ao gosto publicitário.

Poderá classificar-se Verney de sábio ou mesmo de literato, como o consideram Fr. Fortunato de S. Boaventura e Francisco Freire de Carvalho? Figura, realmente, nas Histórias da Literatura e merece o lugar que ocupa, não por possuir dotes estilísticos e todos quantos se exigem ao autêntico *literato*, mas sim porque ventilou questões de literatura e o próprio conceito literário de belo e poesia, melhor forma de redigir, dispor as partes do discurso, adoptando critérios, muitos deles ultrapassados, mas da sua época, como o da adaptação

da arte à verdade, do belo ao bom e utilitário, etc., etc. O estilo de Verney é seco, raciocinado, conforme aos esquemas clássicos quando escreve em latim. A sua obra cabe melhor na categoria de pedagogo que na de literato. E é nela que o seu nome perdura, porque lançou com denodo e convicção a campanha necessária para a implantação das novas ideias nos centros oficiais do mando.

Sábio também julgamos que não terá sido, como nem sequer um Filósofo, posto que não falte na galeria iconográfica de Filósofos portugueses. Toda a ciência que adquiriu, aliás livresca, assumiu inegavelmente vastas proporções, porque era homem de percepção fácil e trabalho aturado. Apreendeu e reproduziu, sem criar. Aliás, a ilustração que recolheu, já na base trazia o endereço a que se destinava. Podia pavonear-se de sábio e perorar no campo de todas as ciências, inclusivamente no da Medicina e do Direito Civil, porque realmente sabia o bastante para discutir com quem quer que fosse. Neste sentido, passe por sábio, que merece o título. Mas cremos não ser lícito sair dessa linha divisória do genuíno sábio, que bem poucos temos tido na nossa história, ao menos no alto significado de génio.

Original? (não conhecemos patrono desta posição). Como o podia ser quem apenas pretendia introduzir no país o que lia e sabia constituir já objecto dos programas escolares, mesmo em Roma?

Como quer que seja, não se pode regatear a Verney o qualificativo de sabedor das várias ciências, ao gosto dos enciclopedistas, tão em voga no seu tempo, que produziu a *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et les Métiers*, 1.º tomo, Paris 1751, dirigido, como se sabe, por Diderot e d'Alembert; a *Cyclopaedia, or an Universal*

Dictionary of Art and Sciences, de E. Chambers (1728); a *Encyclopaedia Britannica* (1768 sgs.), para não falar do *Grand Dictionnaire Historique*, de L. Moreri (1674), reproduzido em sucessivas edições; o *Dictionnaire Historique et Critique*, de P. Bayle (1697); ou de publicações menos eruditas, mas que não faltavam nas mãos dos sedentos de cultura: o *Collegium Experimentale*, de J. Cristóvão Sturmio; os *Acta Eruditorum*, Lipsiae; as *Nouvelles de la République des Lettres*; as *Mémoires de Trévoux*, etc., etc.

O conceito de *estrangeirado* que em geral se lhe atribui, em tom de censura e também de aplauso, aplica-se a Verney e a todos quantos acreditam na abertura da cultura portuguesa a influências de além-fronteiras, no intuito de desfazer a fixidez do padrão estático dos valores nacionais. O problema comporta, pois, várias questões preliminares. A maior de todas será a de saber se deve haver culturas estáveis, sem que se ponha em dúvida a necessidade de padrões típicos. Os «Iluminados» contestavam, não tanto o cariz tradicionalmente cristão, mas antes o domínio da Escolástica, que consideravam ainda medieval e, portanto, atrasada de séculos. Não houve, pois, ao menos nas apostas de Verney e Pombal, propostas à margem da Religião, posto que enfrentassem, de espada em riste, variados aspectos dessa Religião. Queriam o extermínio da Companhia de Jesus, a autonomia do Estado em relação à Igreja e, sobretudo, à Cúria Romana; e, neste contexto, a educação, a Inquisição e os Bispos sujeitos à Coroa, dando também a primazia à ciência sobre a especulação filosófica e ao direito natural, em relação ao direito romano e canónico.

E eis que se abrem as duas frentes de batalha. Este corpo de ideias é moderno; e o que estava, antigo e revelho? A maneira de agir e pensar em vigor era

nacional; e a que pretendia substituí-la, estrangeira e desnacionalizadora? Não basta um sim ou um não, mais ou menos apaixonado e faccioso, para resolver a questão, de uma penada. Qualquer que seja a ideologia prevalecente no acto do julgamento, importa não esquecer que os próprios «estrangeirados» do século XVIII, ou, mais tarde, os do século XIX, visavam o bem da Pátria e se confessavam nacionalistas, no sentido de intentarem o progresso da Nação. De propósito, não buscavam o desvio do padrão tipicamente nacional e nem todos se colocavam no pináculo, de que alguns alvejavam, é certo, as raízes da cultura multissecular que dá personalidade à gente portuguesa.

Verney foi um dos que promoveram a mudança, dentro de certas coordenadas, da cultura tradicional. E Pombal também enveredou por essa direcção, em que é justo vincar o desvio de determinadas posições antigas, convindo relevar, entre todos, o embrião do Estado moderno, que se consumará no século XIX com o reformismo estrutural da sociedade. Neste sentido, pode falar-se do apostolado cívico do Arcebispo da 6.^a Cadeira da Sé Metropolitana de Évora, que um dia sonhou ser capaz de transformar radicalmente a sociedade portuguesa, para a conduzir a um plano mais culto e mais livre. Não é retórica, mas a síntese, porventura em termos de oratória, da realidade que o entusiasmou, até ao delírio e à persistência da luta. E também ao desânimo, no fim da vida, perante a verificação de que a mudança não se havia operado como ele visionara.

NOTAS

¹ In António Alberto de Andrade, *Verney e a cultura do seu tempo*, p. 668.

² Servimo-nos da excelente edição de A. Salgado Júnior, publicada na Coleção Sá da Costa e referida na Bibliografia.

³ Sobre o assunto, ver desenvolvimento no importante ensaio de L. Cabral de Moncada, *Estudos de História do Direito*, vol. III, *Século XVIII — Iluminismo Católico*. Verney; Muratori, Coimbra, 1950, pp. 1-152.

⁴ O anonimato das demais obras (da polémica em Portugal, de outras na Itália, escritos de propaganda dos compêndios escolares e da *Gramática Latina*) não suscitou complicações, pertencendo-lhe a ele próprio, a confissão, pelo menos, da autoria da última obra mencionada. A do *Verdadeiro Método de Estudar*, porém, negou-a sempre a pés juntos, em público, deixando apenas na última hora os elementos indispensáveis para matar qualquer dúvida. Negou insistentemente, ao amigo Luís António Muratori como ao poeta e seu contraditor Francisco de Sá e Melo. Tinha medo dos «Sócios», que o perseguiram até depois de expulso da Pátria, consoante proclamava, e do Santo Ofício, que veio a suprimir-lhe a 1.^a edição de Nápoles, apesar da influência, na corte portuguesa, do irmão Diogo, oratoriano da Casa do Espírito Santo, ao Chiado. Os contemporâneos descobriram-lhe a identidade, mas hoje levantariam reservas, no espírito dos críticos, asserções desse tipo, devidas aos seus contendores. Contudo, no testamento (18-8-1791), além da menção das obras impressas com o seu nome e de manuscritos que não rejeitava (*Gramática hebraica e grega*), topa-se alusão genérica a «algumas suas obrinhas ou de outrem a seu

favor estampadas». Ao P.^e José de Azevedo, oratoriano, manda remeter os manuscritos das Gramáticas, que tinha guardadas num pacote. Um outro conservava (cinque copie (...) stampate dell'opera *Verdadero Metodo de Estudiar*) e num terceiro «tre copie della *Respostas às Reflexoens* (...); num quarto «cinque copie stampate dell'*ultima Resposta*» e mais cinco, num outro maço; e seis exemplares do *Parecer do Doutor Apolonio Philomuso* num outro embrulho. Estas, as obras de Verney. Noutros pacotes, um exemplar do *Retrato de Morte-Cor*, um da *Iluminação Apologetica do Retrato de Mortecor* e de «altre operette portoghesi parimente stampate in favore e contro del «Verdadeiro Metodo de Estudiar», e ainda mais um com quatro outros opúsculos sobre o mesmo tema. Por fim, volta a obras suas: *Advertências ao impressor* e *Carta de um Filologo de Espanha* e as *Animadversiones* de Isidoro Bacchetti.

A lista termina com pacotes em que guardou as recensões que publicou dos seus compêndios escolares, a Carta latina a D. Francisco de Portugal e Castro sobre a sua Teologia; a Oração fúnebre de D. João V, mais um exemplar do *Verdadeiro Método de Estudiar* e um da *Conversação Familiar* (o trabalho mais volumoso que se imprimiu contra o seu manifesto pedagógico), etc.

Pois apesar de tudo, modernamente surgiu um escritor ¹ que, a propósito das cartas de Verney que não conseguimos encontrar, apesar de as ter procurado afanosamente, lança, para alguns espíritos, certa confusão inútil. Entendendo que, para nós, «é certo que o Arcediago foi o autor do livro do Barbadinho», notícia que «Verney viu-se gravemente comprometido por ter aparecido, em 1746, um livro polémico que, em Portugal, era vendido na clandestinidade, sob o título de «Verdadeiro Método de Estudiar». Desse modo, teve de ficar «apodado, ainda hoje, de “Barbadinho”». «E isto, apesar dos protestos de inocência (...).»

Não respondemos, então, à fraqueza dos argumentos apresentados nem hoje se nos afigura útil qualquer polémica a este respeito. Convém, no entanto, assinalar-se a posição do autor e agradecer-lhe a publicação dos fac-símiles das duas cartas, com a nota de que, ainda assim, não são muito escassos os documentos autógrafos do Secretário da Legação Portuguesa em Roma, da segunda metade do século.

¹ David Willemse, *Novos dados sobre o Arcediago de Évora*, em *Arquivos do Centro Cultural Português*, Gulbenkian, Paris, vol. V (1972), pp. 614-657.

⁵ Bastaria conhecer os termos da *Relação da perseguição* que Almada e Mendonça lhe moveu, redigida pelo próprio, para avaliar a confiança que nele depositaria Verney. Que a *Eccellenza* se deva identificar com pessoa da confiança de Pombal e de cargo relevante na política exterior, são pontos indiscutíveis e não iremos desviar daí a questão. Na verdade, Francisco de Almada e Mendonça e Aires de Sá e Melo, eram primos de Sebastião José de Carvalho e Melo e ambos diplomatas na Itália, e também em Espanha o segundo. O primeiro, no entanto, não voltaria a ocupar lugares relevantes. Porém, os assuntos das missivas nunca poderiam ter sido confiados a um inimigo figadal, quanto mais para os transmitir, como peças de Iluminista convicto, a um estadista de vontade férrea e visão igualmente ilustrada dos problemas do seu tempo. Com efeito, as cartas versam assuntos como estes: na primeira, *Despotismo*, concepção de Príncipe (servidor do povo); retrato do bom Ministro e de doutos iluministas como conselheiros régios, pensar jesuítico e liberdade de pensar; na segunda, Inquisição e sua reforma; despotismo no estrangeiro, insinuação de despotismo português, na ordem da retirada dos Portugueses, de Roma, por ocasião do rompimento com a Santa Sé, que o atingiu dolorosamente; na terceira, Padroado e direitos da Coroa; concessão abusiva, por parte da Santa Sé, da Cruz de Cristo a Estrangeiros, consentida pelo Governo Português e medidas a tomar, despotismo em França; na quarta, alerta sobre o facto de os Ministros de Estado das potências ocidentais estarem a ser vencidos pelos Jesuítas, condições para um bom Ministro de Estado; na quinta, refere-se, para tratar dos assuntos da Inquisição, à Cruz de Cristo e aos Benefícios que se iam concedendo aos cristãos-novos, com prejuízo do bom nome da nação portuguesa, e ao segundo plano de reforma, que abrange os aspectos literário, eclesiástico e civil; na sexta, pede a intercessão de Carvalho e Melo para a edição do compêndio escolar da Física, que publicou à sua custa, em três volumes, anos depois, e envia inclusa a carta de 28-5-1766, endereçada ao Marquês de Pombal; na sétima, novo alarme: os Jesuítas intervieram nas promoções dos Cardeais e na eleição do novo Papa, triunfando completamente; na oitava, e última, lastima que um jesuíta, Inácio Monteiro, tentasse conquistar a mocidade portuguesa, aproveitando-se da sua desgraça de ainda não haver imprimido o seu compêndio de Física.

A propósito, recorde-se uma outra atribuição errada de correspondente: a carta dirigida ao P.^e José de Azevedo, e não ao P.^e Joaquim de Foios, como supôs Inocêncio da Silva, sem dar razões, quando a publicou, a primeira vez, no *Conimbricense*, n.º 2229, de 5-12-1868. Conforme já advertimos em *Verney e a Cultura do seu tempo* (p. 499), «acontece que o teor e a data da carta condizem perfeitamente com a correspondência trocada entre o oratoriano Azevedo e Verney, adaptando-se optimamente como resposta da carta enviada (...) em 13-12-1785. A essa epístola de 8-2-1786 respondeu o Neri com a de 25 de Julho desse ano, mencionando explicitamente a data da carta de Verney».

⁶ *Carta a Aires de Sá*, 23-1-1766, em *ob. cit.*, de Cabral Moncada, p. 359; e *Polizija Ecclesiastica*, *ibid.*, p. 399.

⁷ António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, USP, São Paulo, 1978, p. 101.

⁸ Francisco da Gama Caeiro, *Frei Manuel do Cenáculo*, Lisboa, 1959, p. 63.

⁹ Se tinha o cuidado, como veremos, de tomar a iniciativa da difusão das suas ideias pelos jornais literários mais representativos, não descuro igualmente a oferta por pessoas da sua confiança. Por exemplo, enviou o *De Re Physica* ao Marquês de Pombal e a El-Rei, pelos motivos evidentes, e também o ofertou, entre outros, a escritores como o Autor do *Mapa de Portugal*, o erudito João Baptista de Castro, que no dia 1-12-1770 lhe agradeceu em carta, de que se guarda cópia na Biblioteca Pública de Évora (Cód. CXIII/2-12), com palavras de grande apreço: «A sua Fisica está escrita em bella e pura latinidade, com summa erudição, clareza e doutrina eclectica, não só competente à Mocidade portugueza mas cheya de solidos e importantes documentos para os mais versados nas Filosofias modernas.»

¹⁰ *Verney e a Cultura do seu tempo*, pp. 209 e sgs.

¹¹ José Ferreira Carrato, *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*, S. Paulo, s. d., p. 112; Eduardo Fricieiro, *O Diabo na livraria do Cônego*, Belo Horizonte, 1945.

¹² O título desta última está de tal forma abreviado que coloca os dois jesuítas em oposição. Ei-lo completo: *Retrato de Mortecor que em romance quer dizer Noticia conjectural das principais qualidades do Author de uns papeis que aqui andão mas não correm, com o título de Verdadeiro Methodo de Estudar, e de huma carta escrita com boa intenção, em resposta às reflexoens do P.^e Fr. Arsenio da Piedade.*

¹³ Carrato, *ob. cit.*, p. 108.

¹⁴ Sobre este último cargo, ver *Informação dada ao Ministro d'Estado dos Negocios da Fazenda, D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, Lisboa, 1808.

¹⁵ A nova equipa de Professores, que foram seus Mestres, em Mário Costa — *Documentos para a História da Universidade de Coimbra (1750-1772)*, vol. 2, Coimbra, 1961, p. 295; e Manuel Lopes de Almeida — *Documentos da Reforma Pombalina*, vol. 1 (1771-1782), Coimbra, 1938, p. 8. — Como já em Coimbra se terá interessado pelo estudo das ciências naturais, pode ter ouvido os Professores de Filosofia (Lógica, Matemática e Ética; História Natural e Química), António Soares e Domingos Vandelli; ou, pelo menos, assistido à defesa de dissertações das do tipo das recenseadas no *Catálogo de Manuscritos* da Biblioteca da Universidade, Coimbra, 1935, Códices e Maços n.ºs 1312 e 1431, pp. 157, 174 (Códices 1367 e 1368).

¹⁶ Ver também o *Discurso sobre o estado actual das Minas do Brasil*, Lisboa, 1804, pp. 10-13; 39-42 e 65.

¹⁷ Ainda não vimos o problema tratado, nem mesmo num dos mais recentes e bem elaborados estudos, como é o de Gladstone Chaves de Melo: *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*, Lisboa, 1974, pp. 131 e segs.

¹⁸ Id., *Verney e o Brasil*, em Suplemento Cultural, de «O Estado de S. Paulo»; 13-5-1979, pp. 6-7.

DOCUMENTÁRIO ANTOLÓGICO

I — PROGRAMA PEDAGÓGICO

(Excertos do Verdadeiro Método de Estudar, carta 16.ª, em que, depois de haver explicado largamente o seu projecto, condensa as ideias básicas)

(...) Direi, pois, a V. P. que os estudos, para serem regulados, devem começar desde o tempo que os meninos começam a *ler e escrever*. Ponho por agora de parte a instrução que lhes devem dar antes que comecem a ler. Já se sabe que lhes devem ensinar os elementos da Fé; digo, as coisas mais principais: acostumá-los a obedecer e serem corteses, etc. E isto, mais com boa maneira, que com rigorosos castigos, o que certamente não entendem muitos Pais e Mestres. Porém, o que V. P. quer saber é a aplicação literária, da qual digo que deve começar aos sete anos. Ensinar a escrever aos rapazes antes do dito tempo é perder o seu tempo, como a experiência me tem mostrado. Na idade de sete anos é que devem ensinar-lhe a escrever, não se cansando muito em que faça bom carácter. Basta que não seja mau, e que escreva facilmente e correctamente, pois, com o tempo, se pode reformar a letra. Depois, ensinar-lhe as quatro primeiras operações de Aritmética, que são necessárias em todos os usos da vida. (...)

(...) Supondo, pois, que os meninos sabem já ler e escrever, apontarei a V. P. o modo de regular os estudos públicos. Dos que se fazem em casas particulares, não tenho que dizer, pois devem conformar-se com os públicos no método, muito mais porque têm mais tempo para o fazerem. Deve haver em todos os Colégios e Universidades públicas, primeira escola em que se ensine a Língua Portuguesa. Nesta escola devem os meninos estudar a sua língua por alguma Gramática. O mestre mostrará as oito partes da oração na Língua Portuguesa, que é a analogia das vozes portuguesas, o que se

reduz a mui poucas coisas e somente a saber os nomes daquelas vozes que usam os meninos, e reduzi-los aos seus títulos. Depois, as principais regras de Sintaxe, ou união das partes, e sua regência. As miudezas e anomalias devem-se reservar para outro tempo, para não carregar a memória dos rapazes com tanta coisa. Mostrará também, em um livro impresso, o exercício das regras; e os rapazes darão razão das partes todas da oração. Em terceiro lugar, deve saber a Ortografia da sua língua. E este estudo da Gramática Portuguesa se deve fazer em três meses, os quais bastam para o que se quer, visto que, por todo o ano da Gramática Latina, se deve explicar a Língua Portuguesa, meia hora cada dia, lendo algum capítulo, e explicando o Mestre o que deve.

(...) Feita esta preparação, pode o estudante passar à *Gramática Latina*. Não me agrada aquela barafunda de escolas que se pratica em Portugal, sem sabermos por que razão, porque as escolas de Gramática podem-se reduzir a quatro, em cada uma das quais se explique uma parte da Gramática. Se os estudantes forem muitos, podem-se dobrar as classes, duas para cada parte da Gramática. Isto fazem em algumas Universidades, até nas Ciências maiores, havendo diversas escolas em que explicam as mesmas matérias, para dar lugar à quantidade dos estudantes. Mas este caso não sucederá facilmente, dispondo-se as classes pelo modo que dizemos; porque, ensinando-lhes com facilidade a Gramática, estarão pouco tempo nas escolas, e darão lugar aos outros.

(...) Neste mesmo tempo, deve-se continuar o estudo da Língua Portuguesa, duas ou três vezes cada semana, lendo em algum autor alguns períodos, e explicando o sentido e propriedade das palavras, e mandando aos estudantes que o expliquem por turno, cada um seu dia, no que basta ocupar meia hora. Nos mais dias, na primeira meia hora de manhã, deve-se explicar Cronologia, e, de tarde, Geografia. Para isto devem estar na escola duas cartas destas, que só assim se imprimem facilmente na memória. E terão os rapazes cuidado de terem em casa alguma carta cronológica e geográfica, um mapa-mundo, e as quatro partes do mundo. Estas notícias que se dão aos rapazes devem ser breves e somente as mais principais; pois, com o tempo, aprendem-se as outras miúdas, quando é necessário.

(...) No 2.º ano deve estudar as outras duas partes da *Gramática*, que são Ortografia e Quantidade das sílabas. Isto é mais fácil, e pode-se fazer nas primeiras horas da lição, tanto de manhã, como de tarde.

Depois, devem traduzir Terêncio em Português; e, neste meio tempo, os rapazes repetem as regras de Gramática, na explicação que fazem do dito autor, para o que deve o Mestre explicar poucas regras, mas essas bem, servindo-se, como digo, do método de explicar por escrito a dita lição, e obrigá-los a dar conta do que escreveram. Neste tempo só se procura explicar-lhe o que é Latim puro; com o tempo se explicará o que é elegante e ornado.

(...) No princípio do 3.º ano, passará a outros autores, segundo a ordem que apontei nas minhas cartas, os quais se devem traduzir pela manhã. Quando os rapazes se vão adiantando, devem fazer mais sólidas reflexões de Gramática. No primeiro ano, basta mostrar o que é indispensável; nos outros, tem lugar explicar as coisas particulares, não digo com toda a extensão que pode ser, mas dando aquela erudição que é necessária a um rapaz.

(...) Também neste ano devem continuar o estudo da História: nos primeiros seis meses, explicar as fábulas e costumes das Nações Grega e Romana, uma hora cada manhã; nos últimos seis meses, explicar a História dos antigos Impérios e Repúblicas fora dos Romanos. Nisto da História deve o Mestre proceder com advertência. Não é fácil que os estudantes, neste tempo em que devem dar conta de outras coisas, se apliquem inteiramente à História; nem o Mestre deve ser tão rigoroso, que queira digam palavra por palavra o que ele lhes explica. Mas, se o Mestre souber fazer a sua obrigação, pode adoçar este estudo de sorte tal que, com pouco trabalho, se tire grande utilidade.

(...) Da Latinidade deve passar o estudante para a *Retórica*, o que se deve fazer no 4.º ano, no qual se pode aperfeiçoar na composição e inteligência da Latinidade. Se o moço tiver estudado como dizemos, pode, nos três anos ditos, ter mais notícia do Latim do que muitos que se ocuparam nele anos bastantes; e pode, por si só, entender os outros livros com o socorro do seu Dicionário. Mas por isso aconselho que vá à Retórica, para que saiba, não só o que é falar com palavras próprias, mas também falar elegantemente. A Retórica já se sabe que deve ser em Português; e o estudante há-de primeiro compor em Português, e depois em Latim, como em seu lugar disse.

Neste ano de Retórica, deve começar a *Gramática Grega*, pois, sendo esta língua tão necessária em todos os estudos, devem os estudantes sair das escolas com alguma notícia dela; e este ano é próprio para isso, visto que os estudantes têm já conhecimento da Latinidade e sua Gramática, que facilita o estudo da Grega.

(...) Quando o estudante tiver bastante notícia dos três géneros de Eloquência, em tal caso pode empregar-se em compor Latim, e isto pelo mesmo método que o fez em Vulgar. Nesta composição latina, não terá dificuldade alguma, visto ter vencido todas na composição portuguesa; somente lhe faltarão as palavras latinas e frases particulares da língua, ao que deve acudir e suprir o Mestre, emendando-as ou sugerindo-as.

(...) Tenho, porém, algumas coisas que advertir neste particular. A primeira é que não se devem admitir na mesma escola estudantes que se apliquem a diversas coisas, porque produz grande confusão. É necessário que todos os moços estudem a mesma coisa, e não se admitam na mesma escola uns mais adiantados que outros, pois desta sorte ouvirão todos e entenderão o que o Mestre explica.

(...) Também se deve advertir aos Mestres que tenham mais empenho em serem amados e respeitados dos discípulos, do que temidos pelo castigo. Não é pequeno abuso neste país castigar os rapazes quando não sabem logo a lição, sem distinguir se provém de ignorância ou de malícia. Estes rigorosos castigos pela maior parte produzem tal aversão aos estudos, que não se pode vencer em todo o discurso da vida. Falar a alguns destes no estudo é falar-lhe na morte.

(...) Depois da Retórica, segue-se a *Filosofia*, que se deve explicar em quatro escolas. Falo das Universidades públicas, em que comumente se faz esta divisão, para dar lugar a mais cursos de Filosofia. No 1.º ano, estuda-se a Lógica; com esta advertência, porém, que na primeira hora de manhã Aritmética, e, acabada ela, nos meses seguintes, Álgebra; o restante da manhã, Lógica. De tarde, a primeira hora, Geometria, etc.; o mais tempo, Lógica, a qual, sendo pelo estilo que apontei, comodissimamente se aprende no dito ano.

(...) Desta sorte podem-se repartir as Cadeiras de Filosofia por quatro, que ensinem em quatro escolas diferentes. Parece-me, porém, que em uma Universidade, ou qualquer estudo público, v. g. o Colégio de Santo Antão, devem acrescentar 5.º Leitor de Filosofia Experimental, cujo emprego seja somente fazer as experiências e explicá-las, e que em duas tardes da semana o faça em uma das ditas, ou, havendo comodidade, em escola separada. Nesta escola, deviam haver armários separados, com todos os instrumentos de Filosofia que se inventaram para confirmar os raciocínios de Física moderna.

Estes fazem-se em Amesterdão, Londres e outras partes do Norte; e ultimamente em Paris o Abade Nolet os fazia com muita perfeição e barateza, de sorte que, com seiscentos mil réis, se podiam comprar todos.

(...) Porém, tornando ao nosso caso, digo que o Leitor de experiências deve seguir este método: Explicar primeiro as coisas gerais; depois as particulares. Começar pelas experiências que mostram a incompreensível divisibilidade da matéria; mostrando também, com o microscópio, pequeníssimos viventes, em toda a parte; os poros dos corpos, etc. Logo as propriedades do movimento, compressão e virtude elástica. As leis gerais do movimento, consideradas tanto nos corpos sólidos, como nos fluidos. As leis do peso dos corpos, tanto sólidos, como fluidos. O equilíbrio dos corpos. O peso e equilíbrio dos sólidos, comparado com o dos fluidos. As leis dos movimentos compostos de diferentes direcções, tanto nos sólidos, como nos fluidos. Os princípios da Mecânica, e aplicação das máquinas simples às compostas. Destas coisas gerais, passar às particulares: Provar o peso, virtude elástica, e outras propriedades do Ar. Propriedades da Água considerada em dois estados, de sólida e fluida. Propriedades do Fogo e da Luz, considerada em quanto ao seu movimento. Propriedades da Luz, considerada a respeito das Cores. Movimentos dos Planetas, e suas distâncias da Terra. Explicar as leis dos Corpos Eléctricos; as propriedades do Imã e dos Metais. Estes são os fundamentos da Física, e que se provam com experiências constantes, para as quais são necessárias muitíssimas máquinas. E este simples curso de Filosofia mecânica bastava para abrir os olhos a todo o mundo, e desenganá-lo que a Física não são discursos aéreos sobre os apetites da Matéria, etc., mas são raciocínios fundados em experiências incontrovertidas, e regulados pelos princípios da Matemática, que também são incontrovertidos.

(...) Da *Medicina* pouco tenho que acrescentar ao que disse a V. P. na carta em que falei nela. O médico deve estudar Filosofia, segundo dissemos; pois, sem esse princípio, não pode dar um passo na boa Medicina, não sendo esta outra coisa mais que a Física particular do corpo humano. A Ética é menos necessária ao médico, e, com o tempo, pode estudar alguma coisa dela, para regulamento da sua vida.

II — IDEÁRIO SÓCIO-POLÍTICO

(Excertos de cartas endereçadas a Luís António Muratori e a Aires de Sá e Melo.)

(...) Que a *Inquisição portuguesa* seja um tribunal gravíssimo e severíssimo, isso é absolutamente indubitável; que, porém, seja, como entre vós se ouve, isso nego eu constantemente.

Na verdade, vêem os estrangeiros serem queimadas entre nós, todos os anos, algumas pessoas, e, como ignoram a causa disto, dizem logo tratar-se de uma coisa muito parecida com a crueldade. Mas não é nada disso. A verdade é esta: como os nossos antepassados tivessem notado que advinha grave dano à religião e ao interesse público, do facto de haver um grande convívio entre Cristãos e Judeus, proibiram estes no reino. Houve contudo certos que, afim de evitarem o exílio, abraçaram a religião cristã. Mas, como aquela gente é bastante tenaz na crença dos seus avós, passou a trazer uma coisa na boca e outra no coração, do que resultou continuar a instilar às ocultas os velhos dogmas no coração dos filhos, e assim a propagar o judaísmo. Ora quando aquele Tribunal isto viu, chamou então a contas e condenou ao último suplicio aqueles de quem se provasse terem voltado à antiga religião, limitando-se a intimidar os restantes.

... E ainda direi mais: tenho a opinião de que aquele Tribunal é muito necessário em Portugal, a fim de conter as populações e evitar que elas, por superstição ou leviandade de espírito, caiam em doutrinas absurdas.

(...) No que toca à *censura dos livros* que se devem mandar para a imprensa, não é ela exercida directamente pelo Tribunal com o seu próprio critério, mas sim pelo critério de conselheiros, na sua maior parte frades, os quais, se entendem que alguma obra deve ser publicada, dificilmente poderá acontecer que o não seja. Aqui, nomeadamente, alguma coisa devemos fazer para que nem tudo seja avaliado pelas preconcebidas opiniões desses conselheiros e para que se não impeça o progresso dos estudos. Desses tais, e não daquele gravíssimo Tribunal, Muratori, é que eu receio, a propósito dos livros, porquanto sei de certeza que entre nós a maior parte da gente tem a cabeça cheia de preconceitos arábicos. É coisa que me diverte e que reforça consideravelmente o que digo, o saber eu que há também alguns frades que pensam e julgam doutro modo, que troçam destes

delírios dos velhos e os lamentam, e dos quais até bom número de obras está proibido entre nós; coisa em que nem seria lícito pensar noutra época. Dir-me-ás: mas, como sabes tu que serão esses os censores e não os velhos? Eu, porém, penso que este perigo não me acontecerá, e isto por uma dupla razão: em primeiro lugar, porque resolvi mandar imprimir os meus livros, não em Portugal, mas noutra parte; em segundo lugar, porque nada escrevo, nem penso, que não esteja conforme em todos os sentidos com as opiniões da Igreja Romana. Sei também que a minha gente recebe com suprema veneração as decisões romanas, e nunca se atreveria a repreender aquilo que sabe defender-se em Roma com tantos aplausos. (...)

(...) Em 2.º lugar, diz-se passar eu também por autor de um certo livro, redigido em português, intitulado *Método de estudar as diversas ciências apropriado à inteligência dos portugueses*, no qual são criticados os erros dos nossos nas diferentes ciências e, ao mesmo tempo, se mostra de que maneira tais erros podem ser emendados, com base nos métodos que hoje na Europa florescem para louvor da ciência. Este livro, escrito por um certo Capuchinho anónimo italiano, como se diz no título, atribuem-no uns a um Capuchinho de verdade, outros a um certo Gusmão que está em Lisboa, outros a um certo Teixeira que está na Bélgica, e ainda outros a vários outros. Mas a verdade é que, segundo se diz também, o livro está cheio de selecta erudição e de sã doutrina: nada sei, de resto, além do que tenho ouvido, isto é, que a maioria dos frades o rejeitou e excomungou (não assim os leigos que pensam ser interesse da fé católica que os bons estudos sejam introduzidos em Portugal), o atacou como suma injúria, e finalmente fez que ele não estivesse à venda. E como não se podia imputá-lo a nenhum autor, vá de descarregar sobre mim. Eu, porém, sei muito bem onde se quer chegar com estas coisas.

(...) Embora estas coisas não me quebrem o ânimo nem diminuam a vontade de escrever, que hei-de eu esperar daqueles que me atribuem escritos alheios, não de certo para dizerem bem de mim, mas continuaremos a maldizer? Que esperar daqueles que, antes de terem lido e ponderado os nossos escritos, já fazem deles juízos preconcebidos? E contudo, é preciso tentar alguma coisa. Mas isto fica para a outra vez.

Caríssimo Luís, se és tão meu amigo na actual situação, como de facto és, e eu quase creio, ajuda-me neste negócio. Ninguém, com efeito, nesta questão me pode ajudar melhor do que tu. Se eu não

tivesse, de facto, parentes de sangue em Portugal, porque sou magnânimo, desprezaria tais coisas. Mas nestas condições a piedade não consente que pessoas cobertas com tantas distinções, algumas das quais foram nomeadas pelo Rei com honra de família, fiquem, inocentes e, sem terem feito nada para isso, expostas aos vitupérios dos malidicentes. É a ti que te pertence pensar no que poderás fazer nesta emergência. Em todo o caso, a mim nenhum caminho me parece mais aconselhado, para repelir estas coisas, do que escrever-me tu uma carta em que, com a tua grave opinião, que todos têm em grande conta, me passes um qualquer atestado, relativo ao meu engenho e doutrina (coisa que sei ser costume pedir entre os homens graves, por justos motivos), e acrescentes que o referido trabalho *De Lusitanae Ecclesiae religione* é teu e não meu; não te admirando tu de que me atribuam também, contra minha vontade, e apesar dos meus protestos, a lucubração de um anónimo Capuchinho, desde que, com suma inadvertência, me atribuíram também a de um certo escritor conhecido. Depois, se isso, não te parecer tolice, mandar-me-ias a carta, munida de qualquer sinal, para eu com ela esmagar o impudor dos caluniadores e poder mostrar quão malévola e acintosamente os adversários fazem estas coisas. Na verdade, se me apoquento o livro do Capuchinho, contudo apoquento-me menos isso do que o juízo da Inquisição, a qual, por causa de alguns escritos meus que presentemente tenho nos presos, desejaria ter, se não benévola, pelo menos não irada contra mim. (...)

(...) Em suma, os Príncipes não entendem esta importante verdade, que não são já donos dos dinheiros públicos, mas simples administradores, somente para benefício dos povos. E não se encontra Conselheiro nem Confessor que lhes explique e inculque esta verdade evangélica (*Inclinavi cor meum ad faciendas justificationes tuas, propter retributionem.*) Pelo contrário, todos lhes insuflam ideias contrárias, desde a primeira infância, donde nascem as desordens que vemos hoje em dia e o espírito de despotismo e perseguição com que oprimem toda a gente que não se adapte ao seu pensar e pretenda, com o devido respeito, fazer-lhes perceber nos casos necessários.

De facto, V. Ex.^a ponha na cabeça de um Soberano que foi colocado por Deus naquele lugar, unicamente por utilidade dos outros (como de facto é verdade), e verá imediatamente que, não se encontrando capaz de fazer por si todas as coisas necessárias, logo chama em auxílio os homens mais capazes e manda às malvas os aduladores e promotores de prazeres inúteis e injustos.

Os dois milhões de florins que agora se gastam inutilmente na viagem a Insbruck (Áustria), se fossem aplicados em prol deste Estado, produziriam maravilhas e tornar-se-ia desnecessário impor novo tributo para oprimir mais esta pobre gente.

Da falta de bons princípios nasce que, em certos países, nenhum homem e, muito menos, nenhum literato pode dizer a verdade ao Soberano e empreender coisas justas em seu serviço e no do público. Os homens doutos encontram-se entre dois perigosos extremos: de uma parte, esbarram com alguma Fortaleza; de outra, o Santo Ofício. Se alguém projecta qualquer coisa para o bem público e para reformar os abusos, morre na Fortaleza; se indica até onde se pode estender a liberdade do Príncipe e a liberdade de pensar, fica reduzido à Inquisição, ou seja, ao Tribunal em que quatro Padres que não sabem os princípios nem os limites da Fé, julgam a respeito dela; e quatro Frades que não conhecem a verdadeira Teologia, ajuntam artigos ao Credo.

De que se segue que nesses países, nunca se vê florescer a Ciência nem a Política nem o Comércio nem outras coisas que são consequências delas. Pelo contrário, onde estas se encontram bem reguladas, observa-se outro esplendor e poder, ainda no meio das guerras.

BIBLIOGRAFIA

- LUÍS CABRAL DE MONCADA, *Um iluminista português do século XVIII: Luiz Antonio Verney*, Coimbra, 1941; id., *Estudos de História do Direito*, vol. III, século XVIII — *Iluminismo Católico. Verney*; Muratori, Coimbra, 1950; id., *Conceito e função da Jurisprudência segundo Verney*, em «Boletim do Ministério da Justiça», n.º 14, Lisboa, Setembro de 1949.
- ANTÓNIO SALGADO JÚNIOR, edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, Clássicos Sá da Costa, 5 vols., Lx., 1949-52; id., *Luís António Verney*, em *Os Grandes Portugueses*, Lx., pp. 181-188.
- ANTÓNIO ALBERTO DE ANDRADE, *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, Braga, 1947; id., *Vernei e a Cultura do seu tempo*, Coimbra, 1965; id., *A polémica verneiana*, em *As grandes polémicas portuguesas*, Lx., 1964, 1.º vol., pp. 279-331; id., *Luís António Vernei, crítico e primeiro historiador português da Filosofia*, em *Brotéria*, vol. 38, Lx., Abril de 1944, p. 426 e segs.; id., *Vernei no Brasil*, em «Revista da Faculdade de Educação», Universidade de S. Paulo, vol. 3, n.º 1, S. Paulo, 1977. pp. 46-58.
- JOSÉ V. DE PINA MARTINS, *Temas verneianos*, em «Revista da Faculdade de Letras», Lx., 1960, 3.ª Série, n.º 4; id., *Um Discurso de Luís António Verney sobre a Aliança da Filosofia Moderna com a Teologia*, em «Revista da Universidade de Coimbra». Coimbra, 1962, vol. XX; id., *A epístola de Luis Antonio Verney ao Marquês de Valença*, Figueira da Foz, 1961.
- ANTÓNIO SÉRGIO, *Sobre o apostolado cívico de Luís Verney*, em *Ensaios*, t. VII (Clássicos Sá da Costa), Lx., s/d, pp. 79-86.
- MARIANA AMÉLIA MACHADO SANTOS, *Verney contra Genovesi. Apontamentos para o estudo do «De Re Logica»*, Coimbra

- (sep. de «Biblos», XIV), 1939; id., *Verney e o «Bom Gosto»*, em «Seara Nova», Lx., 25-1-1947, pp. 42-46.
- CARLOS DE PASSOS, *Luiz Antonio Verney, Secretario Regio em Roma*, em «Revista de História», vol. X, Lisboa, 1921, pp. 217-224.
- HERNÁNI CIDADE, *A crítica literária de Verney. I — Oratória; II — A Poesia*, em «Seara Nova», n.º 396 (5-7-1934), pp. 179-180 e n.º 397 (12-7-1934), pp. 198-200; id., *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 2.º vol., 2.ª ed., Coimbra, 1948, pp. 73-127; 4.ª ed., *ibid.*, 1959, pp. 89-147.
- JEAN GIRODON, *Verney. Documents*, Lx. (sep. do «Bulletin des Études Portugaises», XXIII), 1961.
- ROBERT RICARD, *Problèmes autour de Verney*, em «Revista da Faculdade de Letras», Lisboa, 1957, III Série, n.º 1.
- J. PEREIRA GOMES, *Verney e o jesuíta Inácio Monteiro*, em «Brotéria», vol. 38, Janeiro de 1944, pp. 16-25; id., *Verney e o jesuíta Bento Pereira*, *ibid.*, vol. 38, Junho de 1944, pp. 647-653.
- DAVID WILLERUSE, *Novos dados sobre o Arcediago de Évora*, em *Arquivos do Centro Cultural Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, vol. V, 1972, pp. 614-657.
- ANTÓNIO DE PORTUGAL DE FARIA, *Portugal e Itália*, Leorne, 1905, pp. 204-206.
- SEVERIANO TAVARES, *Traição à Latinidade*, em «Revista Portuguesa de Filosofia», t. II, fasc. 4, Braga, 1946, pp. 385-404.
- JOEL SERRÃO, *A latinidade, Luís António Verney e o Sr. Severiano Tavares*, em «Seara Nova», n.ºs 1016-7, Lisboa, 25-1-1947, pp. 49-54.
- FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, *Para a história do Iluminismo brasileiro. Notas sobre a presença de Verney no Brasil*, sep. da «Revista da Faculdade de Educação», Universidade de S. Paulo, S. Paulo, 1979; id. *Frei Manuel do Cenáculo*, Lisboa, 1959; id. *Verney e o Brasil*, em Suplemento Cultural, de Estado de S. Paulo, 13-5-1979.
- BIANCA MAGNINO, *Iluminismo e Cristianesimo*, III, *Germania e Italia*, Brescia, 1960.